

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

JUSTIÇA INTERNACIONAL QUANDO O MUNDO ESTÁ ALERTA!

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

O braço forte da Justiça
Internacional

SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA

Escolas Amigas dos
Direitos Humanos

RELATÓRIO ANUAL 2021/2022

O estado dos direitos
humanos no mundo



08

Dossiê: Justiça Internacional – o último reduto dos direitos humanos



16

Entrevista à diretora-executiva da Amnistia Internacional da Ucrânia



26

Do trauma à recuperação: o longo caminho das vítimas de tortura



37

Outros Olhares: ativismo pela paz



44

Grande Entrevista: “Lutar pelos direitos dos migrantes é lutar pelos direitos de todos”



48

À Lupa: Veto nas Nações Unidas vai ser responsabilizado



Foto de capa:
© Amnistia Internacional Portugal

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Grafismo - Paulo Tavares

Paginação - César Rodrigues

Colaboram neste número: Ana Patrícia

Cardoso, Augusto Freitas de Sousa, José

Alexandre Silva, Margarida Oliveira, Sérgio

Furtado, Sílvia Carvalho d'Almeida, Sofia

Caseiro, Sofia Craveiro, Sofia Teixeira e Sónia Santos Dias.

Revisão: José Alexandre Silva e Guilherme Malaquias

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua dos Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

A justiça internacional e o sonho de um mundo melhor.

O mundo ficou em choque com os relatos dos ataques e crimes de guerra em Bucca, Mariupol e muitas outras cidades e regiões ucranianas nos ataques pelas forças militares russas. Milhares de pessoas em todo o mundo, indignadas, pediram justiça e questionaram o que se poderá fazer para garantir a responsabilização de quem perpetró tais atrocidades.

A resposta revela o Tribunal Penal Internacional (TPI) que se tornou, talvez como nunca antes, conhecido pelo cidadão comum. Este tribunal internacional é um dos mecanismos essenciais para a salvaguarda da universalidade dos direitos humanos e um garante da justiça internacional.

Este é o tema que marca esta edição da *AGIR*: a justiça internacional, os seus mecanismos, as suas fronteiras e o seu impacto nas vidas de milhares de pessoas e no garante dos direitos humanos.

Começamos por olhar os desafios da ONU e as competências da Justiça Internacional, compreendendo quais são os dois tribunais internacionais – o já mencionado TPI e o Tribunal Internacional de Justiça – e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja atuação efetiva tem sido recentemente colocada em causa no seguimento do veto da Rússia à resolução que condenava a ofensiva à Ucrânia.

Falamos com Oksana Pokalchuk, diretora executiva da Amnistia Internacional Ucrânia, que nos contou em primeira mão um cenário de terror no país, que é agora palco massivo de

crimes de guerra, e onde as autoridades e entidades da sociedade civil trabalham arduamente para recolher provas que possam responsabilizar os perpetradores e trazer justiça e reparação às vítimas.

Vamos depois conhecer algumas histórias de pessoas refugiadas, cujas vidas foram fortemente impactadas pelos conflitos armados e consequentes graves violações de direitos humanos. Pessoas que conseguem agora sonhar com um novo recomeço para si e as suas famílias, apesar das muitas dificuldades no processo de pedido de asilo e na integração.

Mas a justiça e reparação, para muitas pessoas, nunca chega. Sarar as consequências da tortura e da guerra exige uma atuação holística, incluindo apoiar e empoderar. Essa é a missão do Conselho Internacional para a Reabilitação das Vítimas de Tortura, que vamos conhecer mais a fundo.

Hoje, a mobilização e ativismo pela paz ganham uma importância renovada, em especial quando os mecanismos de justiça internacional parecem ineficazes, e os crimes de guerra acontecem com sucessiva impunidade. É por isso imperativo que tomemos a rua, o espaço digital online, e todas as oportunidades para fazer pressão para que os direitos humanos sejam priorizados. Mostramos por isso imagens que testemunham a mobilização que levou à rua o protesto pacífico pelo fim da agressão russa à Ucrânia, a solidariedade com os civis ucranianos – e russos – e o claro apelo à paz.



CALENDÁRIO DE ATIVISMO

JUL

18

Dia Internacional de Nelson Mandela

30

Dia Mundial contra o Tráfico de Seres Humanos

AGO

09

Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo

30

Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados

SET

21

Dia Internacional da Paz

28

Dia Internacional para o Acesso Universal à Informação

A humanidade enfrenta hoje desafios enormes, para os quais são precisas respostas conjuntas, globais, assentes em direitos humanos. As instituições e mecanismos de justiça internacional têm um papel preponderante na criação destas respostas e na garantia da sua boa implementação. São por isso a esperança – em alguns casos, a última esperança – da concretização do sonho que nos guia: que os direitos humanos sejam uma realidade para todas as pessoas.



NSO: STOP HACKING ACTIVISTS

AMNESTY INTERNATIONAL





© Amnesty International

PEGASUS UTILIZADO NA CATALUNHA

As instituições da União Europeia não estão a conseguir pôr fim às crescentes violações de direitos humanos cometidas com *spyware*, referiu a Amnistia Internacional, após ter confirmado, de forma independente, novos ataques utilizando o Pegasus contra conhecidos cidadãos catalães.

Os alvos confirmados incluem Elisenda Paluzie e Sònia Urpí Garcia, que trabalham com a Assembleia Nacional Catalana, assim como a jornalista catalã Meritxell Bonet também viu o seu telefone pirateado em junho de 2019. O político, professor universitário e ativista catalão Jordi Sànchez foi mais um dos alvos, tendo sido vigiado de forma ampla e persistente com o Pegasus desde, pelo menos, setembro de 2015 até julho de 2020.

“O governo espanhol precisa de esclarecer se é ou não um cliente da NSO Group. Deve ainda realizar uma investigação minuciosa e independente sobre o uso do *spyware* Pegasus contra os cidadãos catalães identificados nesta investigação”, afirmou Likhita Banerji, investigadora em Tecnologia e Direitos Humanos na Amnistia Internacional.





© Bwala Mídia

LIBERDADE DE REUNIÃO AMEAÇADA EM ANGOLA

As autoridades angolanas estão a reforçar o controlo sobre os direitos à liberdade de reunião e associação pacífica, através da proibição de reuniões da sociedade civil, tendo o mais recente episódio ocorrido no passado dia 21 de maio. Na altura, a polícia angolana impediu duas ONG – a Omunga e a Associação para Desenvolvimento da Cultura e Direitos Humanos – de realizarem uma conferência sobre a construção da paz. As autoridades bloquearam a entrada no Hotel Maiombe, em Cabinda, impossibilitando a passagem dos participantes, afirmando estarem a seguir ordens dos seus superiores.

“O comportamento de ameaça e assédio para com ativistas, bem como o bloqueio destas conferências, é revelador da crescente intolerância às críticas por parte das autoridades angolanas. A repressão direcionada às organizações independentes da sociedade civil, ao debate e às opiniões críticas sobre questões como a economia e os direitos humanos tem de cessar, em especial, antes das eleições de agosto”, referiu o diretor da Amnistia Internacional para a África Oriental e Austral, Deprose Muchena.

DOSSIÊ

JUSTIÇA INTERNACIONAL: A ÚLTIMA ESPERANÇA DOS DIREITOS HUMANOS

Há crimes que ultrapassam as fronteiras de um país e ganham dimensão internacional. É o caso dos crimes de guerra que, não sendo muitas vezes alvos de justiça a nível nacional, são reprováveis à luz da justiça internacional, encabeçada pelo Tribunal Penal Internacional. Uma espécie de proteção superior para que as desavenças dos homens não belisquem a justiça da Humanidade.

UNISDR

ACTING DIRECTOR-GENERAL
UNITED NATIONS OFFICE AT GENEVA

CHAIR

ARGENTINA

© XXX

CAMEROON

ARMENIA

GABON

PERU

CANADA

LIBYA

AUSTRALIA

GAMBIA

CENTRAL AFRICAN
REPUBLIC

SYRIAN ARAB
REPUBLIC

AU

Quando no final de março passado as tropas russas abandonaram a cidade de Bucha, nos arredores de Kiev, o mundo ficou horrorizado com o “cenário de crime” deixado para trás. Foi esta a expressão utilizada pelo procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), o britânico Karim Khan, durante uma visita à cidade, posteriormente, em abril. “A Ucrânia é um cenário de crime. Estamos aqui porque temos boas razões para acreditar que crimes cujo julgamento é da competência do Tribunal [Penal Internacional] estão a ser cometidos”, afirmou Karim Khan, na altura à imprensa.

Em Bucha, centenas de corpos foram deixados para trás com marcas de balas e de tortura. Por ora, desconhecemos o desfecho da guerra na Ucrânia, mas já sabemos que muitas atrocidades foram cometidas e que estão agora a ser investigadas pela justiça ucraniana e pelo TPI.

A jurisdição universal dita que quem quer que cometa uma violação de direitos humanos pode ser julgado em qualquer país, independentemente de onde o crime foi cometido. Isto porque muitos regimes têm fracos sistemas judiciais ou existe algum entrave político, corrupção ou outra razão que se sobrepõe à superioridade que deveriam ser os direitos humanos. O TPI é, assim, essencial para a salvaguarda da universalidade dos direitos humanos e um garante da justiça internacional.

Regido por um tratado internacional, o Estatuto de Roma, o TPI é o último recurso para fazer justiça em casos de crimes internacionais graves, como genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão. É também a esperança para aqueles que vivem debaixo de ações criminosas acreditarem que em algum momento será feita justiça.

COMO FUNCIONA ESTA INSTITUIÇÃO

O Tribunal Penal Internacional é um tribunal permanente e baseia-se no Estatuto de Roma, explanado em 128 artigos, adotado em julho de 1998, cuja entrada em vigor aconteceu em julho de 2002. Estamos, portanto, a cumprir 20 anos de existência desta instituição, com sede em Haia, nos Países Baixos. De acordo com o Estatuto de Roma, o Tribunal é competente para julgar pessoas singulares nos quatro crimes já referidos – genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão – cometidos por indivíduos com idade superior a 18 anos, sendo que a sua jurisdição se cinge aos países que ratificaram o Estatuto.

O tribunal iniciou funções em 2003, na sequência de tribunais *ad hoc* criados nos anos 90 para lidar com crimes de atrocidade cometidos em vários pontos do globo, como na ex-Jugoslávia e no Ruanda.

Até agora, as investigações e os procedimentos penais do TPI ocorreram sobretudo no continente africano, entre os quais, República Democrática do Congo, Uganda, República Centro-Africana, Darfur, Sudão, Quênia, Líbia, Costa do Marfim e Mali. O tribunal deu início a análises preliminares a crimes cometidos no Afeganistão, Colômbia, Geórgia, Guiné, Honduras, Iraque, Nigéria e Ucrânia.

Como tribunal internacional, o processo legal no TPI pode funcionar de forma diferente da jurisdição nacional. O processo começa no Gabinete do Procurador, que determina se existem provas suficientes de crimes de gravidade no âmbito dos abrangidos pela jurisdição do TPI, se existem verdadeiros processos nacionais e se a abertura de uma investigação serviria os interesses da justiça e das vítimas. Se não estiverem preenchidos os requisitos para se iniciar uma investigação, ou se a situação ou os crimes não estiverem

sob a jurisdição do TPI, a Acusação do TPI não pode investigar.

Passada esta fase, da recolha de provas e da identificação do suspeito, é emitido um mandado de captura. O tribunal confia nos países para efetuarem detenções e transferirem os suspeitos para o TPI.

Segue-se uma fase de pré-julgamento, onde três juízes confirmam a identidade do suspeito e asseguram que o mesmo compreende as acusações. Nesta altura, decidem se existem provas suficientes para que o caso avance para julgamento.

Nesse pressuposto, a Acusação deve provar, sem margem para dúvidas, a culpa do acusado. Os juízes consideram todas as provas, depois emitem um veredicto e, quando há um veredicto de culpabilidade, emitem uma sentença. Os juízes podem condenar uma pessoa até 30 anos de prisão e, em circunstâncias excecionais, a prisão perpétua.

Segue-se uma fase de recurso do veredito e sobre a sentença, que tanto pode ser pedido pela Defesa como pelo Procurador.

Por fim, o processo judicial no TPI termina com a execução da pena. As sentenças são cumpridas nos países que concordaram em as executar.

CASOS EMBLEMÁTICOS: O CAMINHO DA JUSTIÇA INTERNACIONAL

Promover a jurisdição universal passa pela cooperação dos Estados na promoção destas regras. Nesse sentido, se alguém for acusado de um crime, pode ser julgado em qualquer lugar onde seja encontrado, independentemente do local onde foi praticada a infração. O exemplo mais conhecido foi a detenção de Augusto Pinochet (1915-2006), ex-ditador chileno, em Londres em 1998. Essa detenção



marcou a jurisprudência global sobre os crimes contra a humanidade, além de ter dado esperança às vítimas de que os agressores são responsabilizados seja qual for o ponto do globo onde se encontrem.

Outro caso emblemático relacionado com a justiça internacional é o de Slobodan Milosevic (1941-2006), um líder nacionalista sérvio responsável pelo deflagrar da Guerra da Jugoslávia, entre 1991 e 2001, na qual se pretendia fazer uma limpeza étnica para agregar povos e territórios numa 'Grande Sérvia'. Muitas atrocidades e crimes foram cometidos em nome desta visão enquanto Milosevic esteve no poder, primeiro como presidente da Sérvia (1989 a 1997) e depois como presidente da República Federal da Jugoslávia (1997 a 2000).

Após intervenção militar da NATO, em 1999, Milosevic foi acusado pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ), criado pela ONU, por crimes de guerra e contra a humanidade, perpetrados por tropas e milícias sob seu comando na Bósnia, Croácia e Kosovo. O antigo líder enfrentou 66 acusações, mas viria a falecer antes da conclusão do processo.

A justiça internacional tem vindo, entretanto, a aprimorar a sua atuação. Vários casos chegaram à barra da justiça internacional por violação de direitos humanos. O primeiro julgamento finalizado pelo TPI formalmente constituído e com sede em Haia ocorreu em 2012. Thomas Lubanga, ex-líder de um movimento rebelde da República Democrática do Congo, foi considerado culpado pelos crimes de guerra de alistamento e recrutamento de menores de 15 anos – as chamadas crianças-soldado. Os meninos eram drogados para participarem em hostilidades e as meninas eram usadas como escravas sexuais. Foi condenado a uma pena de 14 anos de prisão. Lubanga será libertado em 2026.

Mais recentemente, em abril de 2022, iniciou-se um julgamento que já é considerado um marco histórico pelos ativistas dos direitos humanos: deu-se início ao primeiro julgamento dos crimes cometidos no Darfur, 20 anos após as atrocidades que se estima terem feito mais de 300 mil vítimas naquela região do Sudão. Ali Muhammad Ali Abd-al-Rahman, alegado líder da milícia pró-governamental Janjaweed, é acusado de 31 crimes de guerra e crimes contra a Humanidade. Abd-al-Rahman, também conhecido por Ali Kushayb, nega todas as acusações.

As investigações do TPI sobre o Darfur concentram-se nas alegações de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos nesta região desde 1 de julho de 2002. A investigação do TPI, aberta em junho de 2005, produziu vários casos com suspeitos, desde funcionários do governo sudanês, líderes das milícias Janjaweed e líderes da Frente de Resistência.

A situação no Darfur foi a primeira a ser submetida ao TPI pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, e a primeira investigação do TPI no território de um Estado que não faz

parte do Estatuto de Roma. Foi também a primeira investigação do TPI a tratar de alegações de crime de genocídio. Segundo informação divulgada por este tribunal, o antigo presidente do Sudão, Omar Al Bashir, é o primeiro presidente em exercício (exerceu entre 1989 e 2019) a ser procurado pelo TPI e a primeira pessoa a ser acusada pelo TPI por crime de genocídio. Nenhum dos dois mandados de captura contra ele foi executado e Bashir não se encontra sob custódia do Tribunal.

Para a Amnistia Internacional, não podem existir 'portos seguros' onde criminosos fiquem a salvo de responsabilização. Neste sentido, todos os Estados devem mostrar o seu empenho na justiça internacional através da sua cooperação plena com o Tribunal Penal Internacional. As organizações intergovernamentais, nomeadamente a ONU e outras entidades regionais, devem cooperar com o TPI e aplicar a jurisdição universal. Por fim, considera a Amnistia, os Estados devem julgar criminalmente, ou extraditar, suspeitos de crimes graves ao abrigo da lei internacional, para que justiça seja feita e os direitos humanos imperem como matriz no mundo.



© Josh Hill on Unsplash



DOSSIÊ

Os desafios da ONU e competências da Justiça Internacional

Num mundo onde as desigualdades são cada vez mais vincadas é imperativo que existam normas que regulem a relação entre Estados à escala global. Este é o objetivo da justiça internacional e das suas instâncias, garantir que os crimes cometidos por Estados ou indivíduos não fiquem impunes, que a verdade seja conhecida e que os danos causados possam ser de alguma forma reparados, mesmo que simplesmente pela condenação.

Os grandes desafios da Justiça Internacional começam desde logo pela obtenção de prova, quase sempre camuflada pelo agressor, sobretudo em contexto de conflito armado, e também pela detenção dos responsáveis pelos crimes, uma vez que as jurisdições estão na grande maioria das vezes confinadas aos países que ratificam as convenções e concordam em cooperar.

TRIBUNAIS INTERNACIONAIS – QUAIS SÃO E COMO FUNCIONAM

São dois os tribunais que investigam e julgam crimes de natureza internacional e estão ambos sediados em Haia, nos Países Baixos. O Tribunal Penal Internacional (TPI) e o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ). São muitas vezes confundidos,

mas funcionam e atuam de formas diferentes.

O Tribunal Internacional de Justiça, também conhecido como o “Tribunal Mundial”, é parte integrante das Nações Unidas e apenas tem jurisdição sobre os Estados membro, enquanto o Tribunal Penal Internacional é independente, está vocacionado para o julgamento de indivíduos e funciona como última instância, quando os tribunais convencionais são incapazes ou se recusam a fazê-lo. Apesar disso, o TPI pode também ser acionado a pedido do Conselho de Segurança da ONU.

Fundado em 2002, deriva do Estatuto de Roma, que em 1998 definiu os quatro princípios para o que é considerado um crime à luz do direito



internacional. Concentra-se nas atrocidades mais graves que afetam a comunidade internacional, julgando crimes como genocídio, crimes contra a humanidade, que causem sofrimento, seja ele físico ou mental, privação de liberdade e até violação, tortura, escravidão ou extermínio e homicídio.

É ainda competente para julgar violações à Convenção de Genebra, assinada em agosto de 1949, e que, além dos crimes já referidos, assinala a destruição de propriedade em larga escala e sem qualquer justificação, a tomada de reféns, o tratamento desumano de prisioneiros de guerra e o não acesso a um julgamento imparcial e justo, assim como o uso de armas químicas, entre várias obrigações para com a população civil em cenários de conflito.

Foi, recentemente, a instância à qual a Ucrânia recorreu para pedir a investigação dos alegados crimes de guerra cometidos pela invasão russa ao país.

Noutra frente, o Tribunal Internacional de Justiça está vocacionado para equilibrar disputas entre os Estados-membro das Nações Unidas, habitualmente em casos relacionados com violações de fronteiras, incumprimentos de tratados ou a soberania dos Estados. Mas, também aqui, se julgam as violações dos Direitos Humanos.

No caso do TPI, tanto as vítimas como os alegados autores dos crimes são ouvidos pelo tribunal. Não tem qualquer força policial e assenta na cooperação com as polícias internacionais e nacionais para a detenção dos suspeitos. A sua atuação é limitada aos Estados que ratificaram o tratado de Roma e, apesar de ser um órgão independente, as Nações Unidas têm, através do Conselho de Segurança, o poder para votar o bloqueio a qualquer investigação ou acusação do tribunal.

AS NAÇÕES UNIDAS E O SEU CONSELHO DE SEGURANÇA

Quando se fala de paz no mundo, a ONU está no núcleo de todas as abordagens ou não tivesse nascido no pós-segunda Guerra Mundial, substituindo a então Liga das Nações, como a organização que tinha como objetivo único o garante da paz e da cooperação entre os Estados. Dela fazem parte 193 países, praticamente todos os que existem no mundo (exceção feita para Taiwan que é atualmente representado pela China e as ilhas Cook e Niue do Pacífico, que se associaram à Nova Zelândia). Todos os Estados-membro contam com assento na Assembleia-Geral com sede em Nova Iorque. Mas o braço forte da ONU é o seu Conselho de Segurança, responsável por avaliar quando existe uma ameaça à paz ou um ato de agressão. Este órgão máximo tem por missão, através de resoluções, alcançar acordos para

travar o início ou a escalada de conflitos, nomeadamente através de sanções. A ONU dispõe ainda de um “exército” destinado a ajudar a manter a ordem em zonas onde a paz é ainda frágil.

Contudo, a forma como está organizado o Conselho de Segurança tem vindo a criar cada vez mais dificuldades quando a desestabilização é apoiada ou mesmo iniciada por países do conjunto de membros permanentes (EUA, França, Reino Unido, República Popular da China e Federação Russa). Qualquer um destes Estados tem poder de veto sobre as resoluções aprovadas e isso pode deixar o Conselho de Segurança de mãos atadas. Recentemente, a invasão da Ucrânia pela Rússia criou uma situação de impasse e impotência no seio da ONU, que acabou por suspender Moscovo do Conselho de Direitos Humanos na sequência de relatórios que indicam que podem ter sido cometidos crimes de guerra. Foi também aprovada na Assembleia-Geral (em que todos os países têm voto útil) uma resolução que tem como objetivo reduzir o poder de veto no Conselho de Segurança e até mesmo a reforma do mesmo. Uma decisão que está a gerar grande controvérsia, por ser considerado uma pedra basilar da arquitetura da ONU.

 Continue a ler:

Nas páginas 48 e 49 desta revista AGIR



DOSSIÊ

TPI: O braço forte da justiça internacional

No ano em que se comemoram os 20 anos desde a criação do Tribunal Penal Internacional, é fundamental perceber a sua importância no contexto judicial atual, a forma como atua e os diferentes mecanismos judiciais que julgam os crimes que violam os direitos humanos.



Há exatamente duas décadas que a forma como são julgados os crimes graves que violam os direitos humanos mudou. Em 2002, foi criado o Tribunal Penal Internacional (TPI), através do Estatuto de Roma, ratificado a 17 de julho desse ano. Nascia, assim, “uma organização internacional interestadual, mas independente dos Estados no seu poder judicial, com sede na cidade da Haia”, Países Baixos, como explica o Professor Catedrático da Faculdade de Direito, Jorge Bacelar Gouveia. O TPI é responsável por investigar e julgar indivíduos que cometam crimes internacionais de grande gravidade em quatro grandes frentes: genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou crime de agressão.

A partir da década de 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo tinha mudado e a maioria das nações estava decidida a criar meios eficazes

para prevenir e punir crimes de grandes proporções contra a humanidade. Apenas tinha havido casos pontuais de tribunais militares internacionais, sendo o mais conhecido o de Nuremberga (primeiro tribunal *ad hoc*), que julgou os crimes de guerra cometidos durante o Holocausto. Em 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou uma comissão para elaborar o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, mas não chegou a nenhuma formação definitiva. Seriam precisas décadas para se chegar a um acordo universal. Em Roma, 120 países aprovaram a criação deste corte internacional, com sete nações a oporem-se ao estatuto: Catar, China, Estados Unidos da América, Líbano, Iraque, Israel e Líbia.

Ainda assim, “os Estados podem interferir na sua atividade quer através da suspensão de uma investigação, quer na recusa de execução das suas

decisões, por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas tomada ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas”, explica o professor. A Rússia, por exemplo, não ratificou o Estatuto de Roma. Sendo assim, o presidente russo, Vladimir Putin, dificilmente será julgado por crimes cometidos contra a humanidade na Ucrânia (como 39 nações exigiram ao TPI), porque o seu país não reconhece a autoridade deste tribunal. Teria de ser capturado fora da Rússia, num Estado que reconheça o Estatuto de Roma.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO

Esta entidade internacional é formada por 18 juizes de diferentes países e presidido pelo juiz polaco Piotr Hofmanski. A atuação do TPI normalmente acontece em último recurso, quando o judiciário de determinado país falhou em analisar um crime grave. Entidades da sociedade civil, autoridades e outros grupos podem enviar queixas ao TPI, como aconteceu recentemente no caso da Ucrânia. Depois de uma avaliação de admissibilidade e, em caso de confirmação, o processo segue para

um promotor que se torna responsável por decidir pelo arquivamento ou recebimento. Um processo no TPI pode demorar anos até chegar a uma sentença.

Algumas das sentenças, ao longo de 20 anos: Thomas Lubanga foi a primeira condenação do TPI, a junho de 2012, após oito anos de processo. Foi condenado a 14 anos de prisão por liderar um movimento rebelde na República Democrática do Congo e por recrutar crianças para lutar; também no Congo, o ex-general, Bosco Ntaganda, foi acusado de 18 crises e recebeu a pena máxima de 30 anos, por crimes de guerra e contra a humanidade pelo papel desempenhado durante a guerra civil; em 2016, um professor do Mali, Ahmad al-Faqi al-Mahdi (com ligações à Al-Qaeda), foi julgado e condenado a nove anos de prisão por crimes de guerra, que envolveram queimar locais sagrados.

OUTROS MECANISMOS JUDICIAIS

Como referido, o julgamento em Nuremberga tratou-se de um tribunal *ad hoc* e marcou o início deste

formato, ou seja, de julgamentos balizados no tempo (sem o caráter de permanência do TPI) e destinados a resolver causas penais iniciadas contra particulares para encarar os crimes internacionais mais graves, ainda no século XX.

Na década de 1990, é importante destacar os primeiros tribunais penais internacionais que julgaram os crimes de guerra cometidos na ex-Jugoslávia e os assassinatos em massa no Ruanda. Estes dois organismos foram criados pelo Conselho de Segurança da ONU e, entretanto, foram extintos.

Os exemplos de tribunais híbridos estabelecidos, desde então – formados dentro de um prazo e para resolver um conflito concreto – podem ser encontrados no Kosovo, Bósnia, Timor-Leste, o Tribunal Especial para Serra Leoa (2002), Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja (2006) ou Tribunal Especial para o Líbano (2007). Estes mecanismos jurídicos são valiosos no sentido de reforçar a paz, manter, reforçar e preservar os Direitos Humanos violados durante um conflito.





© Amnistia Internacional Portugal

DOSSIÉ

Oksana Pokalchuk: “Esta guerra é dolorosa e um grande trauma para toda a sociedade”

A diretora-executiva da Amnistia Internacional da Ucrânia descreve um cenário de terror no país, onde a população é o alvo da agressora Rússia desde o passado dia 24 de fevereiro. Num território que é agora palco massivo de crimes de guerra, as autoridades e entidades da sociedade civil trabalham arduamente para recolher provas que levem os criminosos à barra da justiça ucraniana e do Tribunal Penal Internacional.

Aos 100 dias de guerra iniciada pela Rússia na Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, este país somava oito milhões de deslocados internos e mais de 6,8 milhões de refugiados nos países vizinhos, de acordo com os dados da ONU, que classifica esta crise de refugiados como a pior na Europa desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A invasão russa é condenada pela generalidade

da comunidade internacional, tendo já levado à morte milhares de civis ucranianos e soldados de ambos os lados.

A diretora-executiva da Amnistia Internacional da Ucrânia, Oksana Pokalchuk, explica-nos o cenário que se vive no terreno e o que está a ser feito para ajudar a população e o país a enfrentar esta guerra.

No dia 24 de fevereiro, a Ucrânia foi invadida pela Rússia e todos no mundo ficaram surpreendidos. Os ucranianos também foram surpreendidos?

Sim, muito.

Mesmo havendo uma tensão crescente, entre a Rússia e a Ucrânia, desde a anexação da Crimeia em 2014?

Claro, porque ninguém esperava uma invasão tão agressiva, intensiva e em larga escala. Claro que território nosso foi anexado em 2014 e o Donbass está em guerra desde essa altura, mas mesmo assim ninguém na Ucrânia esperava algo tão intenso, pesado e em larga escala. Pensávamos que talvez atacassem o Sul ou aumentassem as forças no Donbass, mas ninguém esperava que atacassem o centro e a parte ocidental da Ucrânia. Toda a Ucrânia, na verdade.

Como é que a sociedade civil está a reagir a este conflito?

A sociedade civil ficou chocada com esta situação, mas a sociedade civil na Ucrânia é muito forte e a maioria das ONG reorientaram o trabalho em direitos humanos para o trabalho humanitário. A maioria das organizações agora apoia pessoas que sofrem por causa da guerra ou que vivem em ocupação ou em lugares onde a intensidade da guerra é elevada. Apoia os pobres, pessoas feridas e pessoas que estão em território ocupado. Rapidamente mudámos as formas de trabalhar, a sociedade civil na Ucrânia criou uma espécie de rede muito grande que se entrelaça através de diferentes canais. Além disso, muitas organizações da sociedade civil estão agora a trabalhar na recolha de provas dos crimes de guerra. É uma grande parte do trabalho, porque há muitos casos que têm de ser relatados e não podem ser esquecidos. Portanto, a maioria das organizações da sociedade civil está a trabalhar atualmente em ajuda humanitária ou a denunciar crimes de guerra.



© Amnesty International

E como é a vida diária para estes milhões de deslocados? As crianças vão à escola? Quais são as maiores necessidades?

Estas pessoas viveram, viram ou conhecem pessoas que foram mortas ou obrigadas a fugir. Todos têm conhecimento de vários crimes de guerra. Esta guerra tem como alvo civis e é por isso que não há vida normal. Nós podemos, às vezes, tentar respirar e fingir que só queremos viver a vida como era dantes, mas a vida nunca mais será igual, porque a maioria das pessoas conhece alguém que foi morto ou raptado ou tem familiares que vivem em território ocupado. Nunca há uma sensação de paz, o pensamento está sempre com estas pessoas. É doloroso e um grande trauma para toda a sociedade. Nós, ucranianos, temos famílias grandes, as pessoas vivem em todo o lado e, por causa desta guerra, há familiares no exército, outros podem ser mortos, violados ou roubados. Tentamos fingir que temos uma vida normal. Mudamos

de lugar, tenta-se que as crianças vão à escola e vivam como antes. Temos de o fazer, mas, honestamente, é impossível porque todas as conversas são sobre a guerra. Tudo tem a ver com a guerra. Os preços estão a subir muito, não há combustível. A situação está complicada em toda a Europa, mas na Ucrânia é uma loucura.

As crianças vão à escola, mas os pais não trabalham...

As crianças vão à escola quando é possível. Muitas fazem aulas online, mas quando se está temporariamente num apartamento, com pouca internet, não há uma boa educação. No que toca ao trabalho, é um grande problema que temos. Não temos locais de trabalho suficientes. É compreensível, porque é uma guerra. Nunca enfrentámos problemas tão grandes como agora.

Quais são as maiores necessidades?

O maior problema agora é a habitação. Muitas pessoas perderam as casas e o Governo tenta apoiar as pessoas

construindo casas temporárias. Mas o problema é que o inverno na Ucrânia é frio e todos estes edifícios temporários não têm sistema de aquecimento. O inverno será dentro de três meses e temos que pensar sobre isso agora. Mas o Governo não tem dinheiro para construir casas com aquecimento.

E como está a ser o apoio das Nações Unidas, do Conselho de Segurança e do ACNUR? O que estão a fazer no terreno?

Não os quero responsabilizar, mas honestamente não vejo grande apoio. Talvez eu não saiba ou talvez venha mais tarde. Mas a sensação é a de que não conseguiram fazer o que as pessoas na Ucrânia esperavam que fizessem.

Qual tem sido o papel da Amnistia Internacional e da Amnistia Ucrânia no terreno?

Estamos a documentar crimes de guerra e violações dos direitos humanos desde os primeiros dias da guerra e vamos continuar a fazê-lo. É o nosso objetivo principal agora. Temos investigadores especiais peritos em guerras e crimes de guerra que vieram para a Ucrânia e que estão agora a documentar crimes de guerra e violações dos direitos humanos.

Estão a trabalhar em conjunto com as autoridades a recolher provas?

Fazemo-lo separadamente. Recolhemos provas e escrevemos relatórios sobre diferentes violações dos direitos humanos. E esperamos que as autoridades internacionais verifiquem esta informação, nomeadamente o Tribunal Penal Internacional.

Qual o destino das provas que estão a recolher?

Vamos informar as autoridades ucranianas e também o Tribunal Penal Internacional, mas também qualquer outro tribunal que venha a investigar crimes de guerra na Ucrânia. Vamos trabalhar com todos eles.

Foram cometidos crimes atrozes. Quais são as maiores barbaridades contra a humanidade que estão a acontecer em território ucraniano?

São os assassinatos. Há tortura, rapto, roubos. Roubam coisas de apartamentos, como computadores, dinheiro, mas são sobretudo assassinatos.

Como se explica isto? Sabemos que há criminosos, mas milhares de soldados russos serem criminosos é intrigante. O certo é que estão a cometer crimes para além da guerra. Qual a explicação para isto?

Não sei. Não tenho resposta. Não sei porquê e acho que é uma grande pergunta para todos nós: porque é que o fazem? Realmente, não sei. Espero que um dia venhamos a obter esta informação, mas dentro de mim ainda não consigo aceitar. Ainda tenho a sensação de que é um pesadelo. Mas é a verdade.

A UNICEF revelou que mais de cinco milhões de crianças ucranianas dependem da ajuda humanitária e 2,2 milhões são refugiadas. Como será o futuro da Ucrânia com os vossos filhos num risco tão elevado?

Acho que temos de colocar o máximo de energia e recursos nestas crianças. Acredito que teremos uma geração superforte e poderosa quando estas crianças crescerem. Porque estas crianças viram atrocidades da guerra. E tenho a sensação de que, se as apoiarmos da forma correta agora, elas vão ensinar-nos a todos como evitar futuras guerras. Acredito muito nesta geração. Acredito que esta geração, com apoio, educação e recursos, será muito forte e poderosa, vai mudar o mundo e torná-lo num lugar melhor.

Na sua perspetiva, o que tem de ser feito para pôr fim a esta guerra e restaurar os direitos humanos?

Os russos têm de baixar as armas e acabar com as hostilidades. E temos de investir os nossos recursos num





processo de justiça abrangente para garantir a responsabilização de todos os crimes. Porque sem prestação de contas teremos razões para futuros conflitos. São estas duas situações. Claro que vai levar tempo. E é claro que vão ser precisos recursos de todos nós, mas o meu sentimento é que vamos conseguir bons resultados. Podemos mostrar ao mundo como se pode pôr fim a guerras. Temos este apoio de muitos países e de pessoas e temos de aproveitar esta oportunidade para criar um mecanismo que seja útil e importante para outras guerras.

Ucranianos e russos são vizinhos. Como mudou a vossa relação com o povo russo e o que gostaria de lhes transmitir?

Sabemos que há pessoas russas que também são vítimas da política russa. O que quero dizer aos russos é que temos que ser solidários no nosso processo antiguerra, nos movimentos antiguerra. Há pessoas na Rússia que estão contra a guerra na Ucrânia e contra outras guerras que a Rússia está a cometer, e temos de apoiar essas pessoas. Por outro lado, há muitas pessoas que apoiam as narrativas do Governo e o próprio Putin. A esses quero dizer-lhes que somos todos seres humanos e estamos todos ligados. Cada violação dos direitos humanos que é cometida em algum lugar vai afetar todos. Não é possível fazer-se coisas más numa parte do mundo e viver pacificamente noutra parte do mundo. Estamos todos ligados e já não se pode viver de olhos fechados. Têm de abrir os olhos, têm de ler e ver comunicação social fidedigna, para compreenderem o que se passa na realidade. Já não é possível viver numa bolha como era antigamente. O mundo agora está interligado. Já não é possível fecharem os olhos ao que o vosso país está a fazer. Portanto, diria, abram os olhos.

E o que diria a Putin?
Não falaria com Putin.



© Amnesty International

CONFLITOS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

A justiça Internacional tem como um dos seus pilares a reparação das vítimas. Frequentemente, dos conflitos que desafiam a justiça internacional, sobram os traumas da violência, a necessidade de partir por razões de segurança, de falta de oportunidades e por falta de recursos. Um dos principais flagelos que resulta dos conflitos, é a fome. Que é simultaneamente causa e efeito dos conflitos.



SUDÃO DO SUL

A declaração de independência do Sudão do Sul, em 2011, tornou-a a nação mais recente do mundo. Contudo, também abriu uma era de violência que continua ainda hoje. A Guerra civil no Sudão do Sul – um conflito com vários lados entre forças governamentais e de oposição – colocou as comunidades sujeitas a quase uma década de violência, pobreza e fome. Apesar das múltiplas tentativas internacionais de apoio ao cessar-fogo e tratados de paz, a violência sobre os civis, mantém-se.



ETIÓPIA

O conflito na Etiópia tem sido igualmente complexo e prolongado. Entre décadas de conflito com a vizinha Eritreia, lutas internas pelo poder e quase dois anos de uma guerra civil devastadora na região de Tigray, as pessoas na Etiópia foram forçadas a enfrentar uma guerra depois de outra guerra. O conflito tem sido devastador para os civis. As comunidades continuam a ser apanhadas no meio dos confrontos – mortas, deslocadas e empurradas para a fome, uma vez que o conflito tem bloqueado a ajuda e cortado as comunicações. A violência também causou danos às instalações de saúde e outras infraestruturas, tornando mais difícil fazer chegar a ajuda às pessoas.



UCRÂNIA

A Guerra na Ucrânia é o mais recente conflito a surgir. Já causou milhões de refugiados que tiveram de fugir do país, criando uma nova emergência humanitária na Europa. Em 2014, a Rússia invadiu e anexou a península ucraniana da Crimeia. A anexação deu início a um conflito de oito anos que teve um pico violento já este ano. A Rússia invadiu a Ucrânia no dia 24 de fevereiro 2022 e a violência resultou em destruição, baixas e centenas de milhares de pessoas deslocadas.

O Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas alertou para **seis conflitos no mundo** hoje e o seu efeito na fome a nível global.



SÍRIA

Há uma década que se desenrola o devastador conflito para as famílias por toda a Síria, e existem atualmente mais refugiados sírios no mundo do que de qualquer outro país. A contínua Guerra civil envolve o governo, as forças rebeldes, vários grupos internos, vários países e o autoproclamado Estado Islâmico. Atualmente, as hostilidades em larga escala e os deslocamentos em massa – em especial no norte do país – juntamente com a total destruição da economia, leva a que as pessoas enfrentem níveis incapacitantes de pobreza e de insegurança alimentar.



IÉMEN

Ainda antes de os combates terem eclodido, em 2015, o Iémen já era um dos países mais pobres do mundo árabe. Agora, quase uma década de guerra deixou milhares de mortos e mais de quatro milhões de pessoas deslocadas. Os combates entre a coligação de forças governamentais e os rebeldes Houthi no país continuam a afetar e a obrigarem as famílias iemenitas a deslocarem-se. O conflito tem tido um impacto devastador nas infraestruturas do país. A maioria das estradas e os aeroportos foram severamente destruídos. Também o bloqueio na costa do Iémen tem limitado a entrada de ajuda humanitária.



AFEGANISTÃO

A sublevação mais recente no Afeganistão lançou as vidas de milhares de famílias afegãs num turbilhão de incerteza. A juntar a décadas de conflito – combinado com os impactos das alterações climáticas, desigualdade de género, instabilidade económica e a pandemia da COVID-19 – aprofundaram a fome e o sofrimento das comunidades afegãs em todo o país. O conflito impediu por completo o acesso das comunidades ao seu modo de vida e aos serviços. A juntar aos milhões de refugiados, centenas de milhares de pessoas foram internamente deslocadas no interior das suas fronteiras e não têm para onde regressar.





SEÇÃO

Conflitos armados continuam a originar milhões de deslocados

Os conflitos armados são sinónimo de graves e constantes violações de direitos humanos. A par com a guerra na Ucrânia, decorrem atualmente vários combates que continuam a por em causa a vida de milhões de civis, que assim se vêm obrigados a abandonar o seu país de origem.

Para Sayeeda Nayibi, fugir foi a única opção. A jovem afegã de 28 anos trabalhava num projeto de investigação europeu quando, em 2021, os talibã tomaram o poder no seu país. O clima de opressão e de violação dos direitos das mulheres tornariam a saída inevitável. “O único motivo pelo qual consegui sair de Cabul foi porque todas as pessoas que trabalhavam naquele escritório ligado à União Europeia, foram aconselhadas a abandonar as suas casas” e receberam indicações para o fazerem, conforme explica

a jovem, em entrevista à AGIR. “Houve umas quatro ou cinco vezes em que nos dirigimos ao aeroporto e não conseguíamos sequer entrar. Tínhamos pessoas à nossa espera e deveríamos partir, mas não conseguíamos fazê-lo”, conta. A alternativa foi sair para o país vizinho, o Paquistão, até ser possível encontrar uma solução mais permanente. Sayeeda ficou aí alojada durante cerca de um mês, até conseguir, por fim, partir para Portugal. “Foi o primeiro país que me aceitou, a mim e à minha família”, afirma.

Apesar de tudo, nem todos conseguiram seguir viagem: “Duas irmãs e um dos meus irmãos, que são mais velhos que eu, ficaram, para trás, em Cabul, e foi muito difícil. O meu pai teve de escolher entre vir comigo ou deixá-los e foi uma das decisões mais árduas que teve de tomar na altura”, relata a jovem.

Agora instalados na cidade de Leiria, os afegãos tentam arranjar uma solução para trazer os restantes membros da família, mas tal ainda não foi possível. Sayeeda diz que estão a adaptar-se à cidade e que a ajuda que têm recebido é decisiva. Lentamente vão retomando as suas vidas e ganhando autonomia. Contudo, assume que existem problemas que acabam por dificultar a normalização do quotidiano. “É muito bom que os países, os governos e a União Europeia tenham decidido apoiar pessoas e as tenham aceite nos países, mas além disso, as pessoas precisam de ter acesso a tudo. Por exemplo, se não nos providenciam o dinheiro [dos apoios estatais] a tempo, como podemos continuar a nossa vida?”, lamenta a jovem, que relata tempos de espera de 20 a 25 dias.



SAYEEDA NAYIBI

© DR

O caso de Sayeeda é apenas um exemplo representativo de muitas pessoas que se vêm obrigadas a deixar a terra natal para fugir à guerra. Este ano o número de deslocados em resultado de conflitos armados atingiu os 100 milhões. O valor recorde foi revelado em maio de 2022 por Filippo Grandi, responsável pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR). “Cem milhões é um número gritante - tão preocupante como alarmante. É um recorde que nunca deveria ter sido estabelecido”, disse o responsável.

“Para reverter essa tendência, a única resposta é paz e estabilidade para que pessoas inocentes não sejam forçadas a escolher entre o perigo real de ficar em casa ou a fuga precária e o exílio”,

acrescentou, numa nota divulgada pela comunicação social.

O número de pessoas deslocadas devido à guerra tinha já aumentado no final de 2021, em resultado, sobretudo, de novas ondas de violência ou conflitos prolongados em países como a Etiópia, o Burkina Faso, Myanmar, Nigéria, Afeganistão e República Democrática do Congo, de acordo com a mesma fonte. Este ano, o início do conflito na Ucrânia juntou a esse número mais de oito milhões de pessoas, além de mais de seis milhões de refugiados para os países vizinhos. No total, os 100 milhões de deslocados representam mais de 1% da população global, sendo que o número total é equivalente ao dos habitantes do 14.º país mais populoso do mundo, refere o ACNUR, citando

o relatório mais recente do Centro de Monitorização de Deslocados Internos.

O número de pessoas deslocadas inclui refugiados e requerentes de asilo, bem como 53,2 milhões de pessoas deslocadas dentro das fronteiras dos seus países devido a conflitos.

No caso de Portugal, foram registados, em 2021, 1.537 pedidos de protecção internacional (incluindo 270 apresentados por pessoas recolocadas em Portugal), segundo dados revelados pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR) no relatório nacional anual da *Asylum Information Database*. No documento é referido que “o número de pedidos de asilo espontâneos permaneceu comparativamente baixo, o que,



MUSTAFA ABDULSATTAR AL SABEE

© DR

provavelmente, está ainda relacionado com as restrições à circulação internacional decorrentes da pandemia do coronavírus”. Uma parte significativa deste número refere-se a pessoas evacuadas do Afeganistão que foram admitidas em Portugal (768) e a pessoas recolocadas (279).

Ziauddin Samadi, Vice-presidente da Associação da Comunidade Afegã em Portugal, diz que “quando os refugiados vêm para cá, a coisa mais importante, em primeiro lugar, é a integração”.

Ziauddin chegou a Portugal em 2017 e viveu na pele as dificuldades inerentes ao recomeço da vida num país que não é o seu. “Foi muito difícil arranjar trabalho. Trabalhei em diferentes sítios, dois anos numa grande empresa de distribuição, por exemplo, em hotéis... Quando chegou a pandemia da COVID-19 perdi o emprego, houve muitas dificuldades”, diz.

O afegão era engenheiro agrônomo, mas diz ter “perdido todas as esperanças” de trabalhar num escritório em

Portugal. Hoje, dedica-se a ajudar outros refugiados – como Sayeeda Nayibi – a recomeçar a vida, no seio da associação a que preside. “Nós guiámo-los, para que possam ser integrados na sociedade”, explica.

De acordo com a informação facultada pelo ACNUR, 299 refugiados foram reinstalados em Portugal em 2021. Destes, 116 foram reinstalados do Egito e 183 da Turquia. A maioria dos refugiados reinstalados são sírios, mas foram também apoiadas pessoas originárias do Sudão, da Somália, da Etiópia e do Iraque.

Foi deste último país que partiu Mustafa Abdulsattar Al Sabee, que hoje tem uma longa experiência sobre o que é ser refugiado. Este iraquiano de 36 anos deixou o país de origem “por causa da guerra sectária”. Partiu para a Síria, até que novos conflitos armados também começaram no país. “Tínhamos um pedido de asilo para a América em 2009 mas, por causa da guerra na Síria, o processo foi suspenso temporariamente e acabámos por

ser devolvidos ao Iraque”, explica à *AGIR*. Apesar disso, e “por causa do sectarismo”, foi para a Turquia, onde retomou “o processo”.

Mustafa esperou quatro anos e meio (entre 2012 e 2016), pela regularização do processo de entrada nos Estados Unidos da América, situação que não permitia a sua vida avançar. A longa espera fê-lo tomar a decisão radical de partir para Europa numa arriscada viagem de barco pelo Mar Mediterrâneo. Chegou à Grécia, onde, ao ver as dificuldades inerentes à vida no campo de refugiados de Moria, decidiu de imediato partir para Portugal. O nosso país foi a única alternativa que lhe foi oferecida. Era isso ou ficaria indefinidamente no campo. “Quando cheguei aqui não sabia nada. O grupo [que o ajudou com a viagem a partir do campo de Moria] disse muita coisa, mas depois a realidade era diferente”, lamenta.

Mustafa diz que foi induzido em erro quando lhe foi sugerida a vinda para Portugal, por ter sido feita referência ao valor do salário mínimo e não ao valor



IFTU ALBAJEBEL ABASAD

© DR

de apoio que é disponibilizado aquando da chegada. “Eles não disseram que a ajuda inicial que é dada às pessoas é de apenas 150 euros por mês”, diz.

Hoje tem um emprego estável num hotel, uma vida digna e aguarda a aprovação do processo de obtenção de nacionalidade. Apesar disso, sublinha as dificuldades que enfrentou durante a sua jornada e os desafios que persistem para as pessoas que continuam a chegar ao país. “Foi uma experiência difícil e não pode ser esquecida. Por favor, protejam os refugiados das guerras, fome, racismo e sectarismo”, apela.

Mustafa gere um grupo de Facebook com cerca de 30 mil pessoas, que utiliza para aconselhar quem desconheça os processos inerentes ao acolhimento de refugiados. É um exemplo de estrutura de apoio informal, mas em Portugal existem outras entidades organizadas.

Em São João da Talha, Loures, está localizado o Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), que funciona

sob a alçada do CPR. Aqui o trabalho é desenvolvido maioritariamente com movimentos programados, conforme explicou à AGIR Bárbara Oliveira, que desde 2012 trabalha na área da inclusão. “Quem vem tem já tem o título de residência e estatuto de refugiado”, explica.

Em média, as pessoas que chegam são acolhidas neste centro durante 4 meses, tempo em que é feito um “diagnóstico social e profissional” que permite auxiliar cada indivíduo na construção da sua vida futura. O espaço funciona como local de atendimento e de residência para refugiados, que são também apoiados financeiramente. Ali encontrámos Iftu Albajebel Abasad, que chegou a Portugal com a bebé Umeran. Quando eixar deixou a Etiópia, passou primeiro pelo Sudão e Egipto. Só depois foi possível tratar dos documentos e rumar a Portugal, ainda grávida. “Fugi devido à guerra e ao perigo que representava para nós”, diz.

Tendo chegado em abril de 2021, tem como prioridade a aprendizagem de

inglês e português, de forma a que consiga, por fim, encontrar um trabalho. “É muito difícil”, assume. Apesar disso, diz estar a gostar de Portugal, sentindo-se mais segura agora que deixou para trás os tiroteios e a violência.

A barreira linguística é um dos principais obstáculos à integração de refugiados e requerentes de asilo. Desde 2020 que Portugal assumiu esta questão como prioritária, tendo o ministro dos Negócios Estrangeiros – à data, Augusto Santos Silva – anunciado que o programa de ensino do idioma é coordenado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Estado para a Igualdade e Integração. No CAR este é um aspecto que é trabalhado diariamente, mas nem todos os que chegam a Portugal usufruem das mesmas oportunidades.

No caso de Mustafa, a aprendizagem foi feita de forma autónoma, por força da necessidade. Apesar da vida que conquistou - e do português que articula corretamente - o iraquiano não descarta a hipótese de partir para outro país. “Aqui não se consegue saber como é futuro”.



SECÇÃO

Do trauma à recuperação: o longo caminho das vítimas de tortura

Sarar as consequências da tortura e da guerra exige apoio médico, psicológico, social e jurídico. Mas implica também empoderar o sobrevivente, devolvendo-lhe a primeira coisa que habitualmente perde quando se torna uma vítima: o controlo da sua própria vida. Essa é a missão do Conselho Internacional para a Reabilitação das Vítimas de Tortura (IRCT) que apoiou mais de 50 mil pessoas em 2021.



Manuel Rojas Boyan começa frequentemente os seus emails com uma referência aos fusos horários. Está na Bolívia, onde é noite, e escreve para Portugal, onde já é dia. E que haja luz ou escuridão não é um assunto menor para ele.

Tem hoje 70 anos e, em jovem, suportou muito na prisão boliviana onde esteve por duas vezes, em 1975 e em 1976, como preso político, durante a ditadura militar de Hugo Banzer. Sofreu severos maus-tratos físicos, que incluíram golpes que lhe provocaram várias fraturas, que o deixaram inconsciente e em estado pré-comatoso. Ainda assim, é a tortura psicológica que descreve como a mais cruel: “Sobretudo o isolamento total, na escuridão e sem que ninguém nos fale. No meu caso, mais de um mês. A comida era deixada por uma fresta na porta, e, com as mãos amarradas atrás das costas, só rastejando era possível tentar comer. É uma degradação do que é ser humano.”

Houve experiências que acredita que são difíceis de entender para os outros. “É como tentar explicar a cor vermelha a um cego de nascença.” Mesmo assim, ele faz o exercício de tentar: “durante este período de isolamento, estava sempre em total escuridão e o único contacto com o exterior era a comida.” Sabia que se chegasse uma tigela de chá e pão isso seria o pequeno-almoço; uma tigela de sopa, o almoço e um prato de comida seca, provavelmente o jantar. Manuel agarrou-se então à única coisa que podia controlar: saber se era dia ou noite. E agrupava as refeições para contar a passagem dos dias.

Foi então que até isso lhe tiraram. “Começaram a diversificar a chegada da comida: o que deveria ser o pequeno-almoço, aparecia à hora do jantar, o que habitualmente era o almoço, aparecia à hora do pequeno-almoço.” Na escuridão total, Manuel já não tinha como distinguir a hora do dia nem como saber quanto tempo passava. “É um desespero não ter referência



ASGER KJAERUM



do tempo. A pessoa é colocada numa espécie de vácuo absoluto.” Começaram a fazer uma única pergunta cada vez que sentia alguém: “Está a brilhar o sol?” “Mas ninguém me respondeu nunca. É por isso que o meu livro se chama ‘O Sol Brilha’”. É uma alegoria do triunfo sobre a adversidade dos efeitos da tortura, especialmente a tortura psíquica”. Tem a obra pronta e espera publicá-la em breve.

REABILITAR É (TAMBÉM) EMPODERAR

“Como muitas outras vítimas de tortura, devo a reconstrução da minha existência a um excelente ser humano: a Dra. Inge Genefke”, conta Manuel Boyan. Em 1980, aos 28 anos, quando Manuel se exilou na Dinamarca, a médica e três outros colegas estavam a dar os primeiros passos na resposta a um apelo da Amnistia Internacional: ajudar a diagnosticar e tratar vítimas de tortura, bem como produzir evidências forenses que pudessem ajudar a responsabilizar os torturadores em tribunal.

Em 1981, Inge Genefke tornou-se uma das fundadoras do Centro de Reabilitação e Pesquisa para Vítimas de Tortura, em Copenhaga - onde Manuel foi acompanhado. Na mesma altura, outras instituições semelhantes estavam a ser criadas por todo o mundo. Foi assim que nasceu, em

1985, o atual Conselho Internacional para a Reabilitação das Vítimas de Tortura (IRCT), a maior organização da sociedade civil no mundo especializada na área de reabilitação de vítimas de tortura. Em 2021, mais de 53 mil sobreviventes receberam apoio na rede de 160 centros de reabilitação da ONG, espalhados por 76 países. As vítimas pertencem geralmente a pelo menos um de três grupos: ativistas políticos, pessoas vítimas de discriminação - como as mulheres, população LGBTI+ e povos indígenas - e os mais pobres. Em média, 48% dos sobreviventes apoiados pela rede de centros IRCT vive em situação de pobreza.

“O elemento definidor da experiência de tortura é a sensação de impotência”, explica Asger Kjaerum, diretor de Advocacy do IRCT. A principal diferença entre a tortura e outro tipo de danos físicos e psicológicos do quotidiano é ser posto numa posição em que não se tem qualquer controlo sobre o que nos acontece. “É por isso que a tortura, mesmo quando é fisicamente moderada, é extramente brutal”, resume.

Muitos sobreviventes sofrem de dores crónicas e limitações físicas permanentes após o abuso. “Mas a sequele mais frequente, observada de forma consistente em quase todas as vítimas, independentemente do tipo

de tortura a que foram sujeitas, é a Perturbação de Stress Pós-Traumático”, revela o responsável.

Os danos podem durar décadas. Manuel Boyan, que se sente hoje reabilitado, superou muitos dos efeitos da tortura, como as fortes dores de cabeça que teve durante anos após as agressões. Mas não todos. “Muito ainda me assombra. Quando acordo a meio da noite, sinto a angústia de não saber se está luz ou escuro e preciso de uma profunda reflexão para voltar à realidade. Geralmente, acordo de muito mau humor, e talvez tudo isto tenha sido uma das grandes causas do fracasso dos meus relacionamentos”, conta.

Como a tortura causa sequelas em todos os aspetos da vida, a reabilitação é um processo que nos centros do IRCT inclui apoio médico, psicológico, social e jurídico. “Além disso, é essencial que os sobreviventes possam ser empoderados e assumam o controlo da sua reabilitação, evitando que o processo se torne noutra experiência de impotência. A tortura tira às pessoas o controlo da sua vida, por isso, para as reabilitar, uma das coisas mais importantes é ajudá-las a reassumir esse controlo pedido”, frisa Asger Kjaerum.



Continue a ler aqui:

www.amnistia.pt/recuperacao-vitimas-de-tortura/

A Luz e a Escuridão – A fuga do Afeganistão

A chegada ao poder, no Afeganistão, dos talibãs fez tocar os alarmes. Não só no país, mas em todo o mundo. Tudo o que foi construído no crescimento da mulher e do seu papel, dos seus direitos, na sua autonomia, estava prestes a cair, independentemente das promessas feitas pelo novo governo.

Nesse sentido, foram muitas as pessoas, as entidades e as ONG que começaram a planear e a encontrar soluções para voltarem ao terreno e, pelo menos, tentar encontrar soluções de compromisso para ajudar as meninas, raparigas e mulheres que, de repente, viram o seu mundo abalado e ruir como um qualquer castelo de cartas.

TENTAR ATÉ CONSEGUIR

A pedido da federação de futebol do Afeganistão, Katayoun Khosrowyar – ex-selecionador da Seleção Nacional do Irão (que vive nos EUA) –, Wida Zemarai – ex-guarda-redes internacional afegã e responsável pelo *scouting* (residente na Suécia) – e Farkhunda Muhtaj – capitã da Seleção Nacional de Futebol feminino do Afeganistão (sediada no Canadá) – delinearam um plano, com muita ajuda de terceiros, para tirar do país todas as meninas que, de uma forma ou outra, representam o futuro do futebol no Afeganistão. A elas e às suas famílias.

“Contando com o apoio de funcionários do governo dos Estados Unidos da América e diversas ONG, começámos a planear a evacuação estratégica das atletas, num processo moroso e que

se revelou difícil. Depois de mais de um mês de trabalho, praticamente sempre atentos durante as 24 horas do dia, dezenas de tentativas falhadas, reavaliando constantemente os métodos de evacuação, estando em casas seguras durante mais de 20 dias, conseguimos evacuá-las para Portugal a 19 de setembro de 2021”, explica à AGIR Farkhunda Muhtaj.

No entanto, a sensação é de que tantas outras tinham ficado para trás. Com a experiência adquirida, a ajuda dos parceiros de sempre e com o apoio do governo português, foi possível trazer uma segunda comitiva, que chegou a Portugal já no final do mês de novembro, culminando um processo com muitos altos e baixos, que causou angústias, mas que terminou em bem.

UM FUTURO RISONHO, MAS QUE DEMORA

Logo a seguir à chegada das duas comitivas, Farkhunda esteve em Portugal durante várias semanas. A opinião sobre quem a recebeu é muito boa e, por isso, quer deixar uma mensagem de agradecimento: “Passei muitos meses em Portugal a ajudar a resolver as famílias que apoiam a sua integração e a

treinar as atletas. O povo português tem sido muito caloroso ao abraçá-las, a elas e às famílias, e fazê-las sentir-se um membro valioso da comunidade”.

No entanto, consciente das particularidades e especificidades do seu povo, Farkhunda, que desde os dois anos de idade vive no Canadá, não deixa de assumir que espera dificuldades, num processo que, sabe, pode ser moroso: “Acredito que em Portugal podem construir uma vida estável enquanto continuarem a ser apoiados e acolhidos no tecido da sociedade portuguesa. Os refugiados precisam de um apoio prolongado até poderem ser totalmente autónomos num país onde não falam a língua, onde a cultura e a fé são diferentes e, no essencial, têm de reconstruir uma vida. Não é, certamente, uma tarefa fácil, mas as famílias são capazes de tanto e acredito que podem ter um futuro brilhante”.

O SOL ONDE SÓ HAVIA ESCURIDÃO

Chegar a Portugal não foi fácil para qualquer um dos grupos. Os avanços e os retrocessos foram muitos e três semanas se passaram, em diversas casas “seguras”, a viajar, às escondidas,





de noite. “Deixar o Afeganistão foi muito difícil. Primeiro era para sairmos pelo aeroporto de Kabul, mas depois não foi possível. Estivemos vinte dias escondidas e mentalmente, sem saber se conseguiríamos sair, foi muito, muito difícil e esgotante. Mas, no final, tudo aconteceu e o pesadelo terminou e onde só havia escuridão, de repente, brilhava o sol”, explicou à *AGIR* Sadah Sharizada, uma das atletas afegãs, atualmente a viver com a família em Coimbra.

Com mais responsabilidades, divididas com o irmão, por serem os únicos “a conseguir comunicar” de forma eficaz, Sadah, que treina na Académica de Coimbra, espera um dia regressar ao seu país, deixando-nos um testemunho duro, mas de esperança: “Para mim, o Afeganistão não é apenas a terra onde nasci. O Afeganistão é a minha raiz. A minha origem e identidade, a minha história e o meu passado. Nunca poderei pensar que não poderei voltar ao meu país um dia, mas gostaria de voltar como a rapariga forte que regressa ao seu país para construir”.

A VIVER AINDA COM ANSIEDADE

A morar em Portugal com as duas irmãs e um irmão, Suraia Sakha, de

20 anos, assume que saiu do seu país por medo de perder a vida. Sem mais. “Quando os talibãs chegaram ao Afeganistão, as raparigas deixaram de poder ir à escola, estudar e praticar desporto. Ou seja, não nos foi permitido fazer o que quer que fosse. E algumas das que praticavam desporto foram secretamente mortas e, por isso, a única solução foi fugir”.

Desejando ficar em Portugal no futuro, com o intuito de “dar uma vida melhor aos irmãos”, a jovem, que continua a jogar futebol, admite que ainda não consegue estar descansada nem concentrada no seu percurso. Isto porque os pais continuam “no Afeganistão” e a “correr riscos de vida”, num processo que espera, com a ajuda do governo português, que “termine em breve” e que possam estar “todos juntos, em paz”.

UM MARCO NA HISTÓRIA

Se existe a esperança para toda a comitiva afegã em Portugal é também porque, no nosso país, estiveram na linha da frente organizações com experiência em ações de acolhimento. Desafiado, em primeiro lugar, pela autarquia de Lisboa e, depois,

a par com os esforços da ONG americana Romulus T. Weatherman, o JRS Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados – foi um parceiro fundamental em todo o processo.

Em pouco mais de meio ano, todos os refugiados que chegaram nos voos de setembro e novembro de 2021 estão com os processos de integração estruturados, conforme avança à *AGIR* Catarina Lima, do JRS: “todas as 54 famílias estão já em habitação própria, em 14 cidades de todo o país, e acompanhadas por redes de voluntários, que os ajudam em tudo o que necessitam, seja no acesso às escolas, a locais de trabalho e integração nas diversas comunidades locais”.

Esta dinâmica de perceber “o perfil de cada família” e encontrar “as melhores soluções para cada uma delas” foi um trabalho exaustivo e de “o melhor *matching* possível”, o qual permitiu, por exemplo, que hoje “muitas pessoas já tenham trabalho”. O balanço, por isso, para a responsável “é muito positivo”, porque praticamente “do nada e sem nada” criou-se uma campanha que se constitui como “um marco histórico no acolhimento de refugiados em Portugal”.



SECÇÃO

Escolas Amigas dos Direitos Humanos em solidariedade com a Ucrânia

Moimenta da Beira foi palco para a edição de 2022 de mais um encontro de Escolas Amigas dos Direitos Humanos (EADH). Numa altura em que tinha acabado de acontecer a invasão da Ucrânia pela Rússia, o tema definido para o momento de partilha, a discriminação, ganhou outro motivo mais forte para discussão e reflexão.

Luísa Marques, da Amnistia Internacional Portugal e responsável pela dinamização do projeto das EADH, explica que o conflito na Ucrânia teve, no encontro, um momento reduzido, através de uma sessão explicativa, onde se procurou contribuir “com um maior entendimento sobre as questões de direitos humanos no conflito”.

Entre vigílias, cartazes de solidariedade e ramos de mimosas afixados no espaço exterior das várias escolas, recolhas de alimentos, minutos de silêncio, crianças vestidas de branco e cordões humanos em intervalos de aulas, várias foram as ações realizadas com sentido e sentimento, próprio de jovens que querem, muito, fazer a diferença.

AÇÕES REALIZADAS PELA UCRÂNIA

No entanto, as escolas já tinham preparado, desde o final do mês de fevereiro, algumas atividades, respondendo ao desafio lançado pela Amnistia Internacional: “O convite original foi para organização de uma vigília de solidariedade, mas as escolas alargaram as suas atividades a outros formatos envolvendo crianças e jovens, do pré-escolar ao ensino secundário”.

DISCRIMINAÇÃO COMO TEMA PRINCIPAL

No entanto, as escolas já andavam, desde o ano anterior, a preparar diversas ações sobre o tema escolhido para a edição de 2022: a discriminação. “No ano passado foi feita uma primeira iniciativa que denominámos “Repórteres pela Igualdade” e que consistiu na produção de um vídeo de *vox-pop* por escola, no qual se indagava a comunidade



As ideias de cada um são válidas e podem dar lugar a uma grande ideia, uma ideia revolucionária.

ESCOLAS PARTICIPANTES

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO FUNDÃO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MOIMENTA DA BEIRA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTO ANTÓNIO – BARREIRO
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GAMA BARROS, CACÉM
ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAÇOS DE FERREIRA
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PEDRO FERREIRO, FERREIRA DO ZÉZERE
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROFESSOR REYNALDO DOS SANTOS, VILA FRANCA DE XIRA
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO LEVANTE DA MAIA
ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA SANTA ISABEL, ESTREMOZ
ESCOLA SECUNDÁRIA SERAFIM LEITE, SÃO JOÃO DA MADEIRA

escolar sobre a existência ou não de discriminação. Na sequência desta iniciativa, durante este ano letivo trabalhou-se este tema em duas fases: a primeira de capacitação da comunidade escolar, onde se realizaram *workshops* com os estudantes, e a segunda de mobilização da comunidade escolar, através de iniciativas de sensibilização”, explica Luísa Marques.

A terceira e última frase do projeto foi realizada já no terceiro período, em cada estabelecimento de ensino, e teve momentos incríveis de partilha concretizados através da colocação de um “estendal de *t-shirts* alusivas ao tema”, nos dias de mobilização definidos, que decorreram entre 18 e 28 de maio último.

AMIGOS PARA A VIDA

Catarina Crocker esteve presente no encontro em representação do Agrupamento de Escolas do Fundão. Com mais seis alunos, refere à *AGIR* que um dos momentos que define como marcantes foi a passagem do *online* para o presencial, uma vez que o agrupamento tinha aderido às EADH um pouco antes do início da pandemia.

A construção de um projeto novo num momento único da vida da humanidade fez com que crescesse na dificuldade, mas sempre com passos seguros e uma base forte: “o projeto nasceu na escola num ambiente de confinamento e de grande necessidade de comunicação

e reflexão entre todos. O trabalho realizado, embora muitas vezes à distância, cresceu com muita força e criatividade, entre eles, a criação do podcast “Endireita-te” e a realização de vários artigos para o jornal escolar *Olho Vivo*”.

O balanço foi “muito positivo”, refere Catarina, que recorda a atividade “Dá um passo em frente” e todos os debates e reflexões que daí resultaram sobre discriminação. No final, assume, há algo que fica para a vida: “os alunos da nossa escola sentiram que encontraram alguns *irmãos* dos direitos humanos e que ficaram com amigos para sempre”.

A PARTILHA, DIVERTIDA, DE CONHECIMENTO

Aos 17 anos, Gemary Martins, da Escola Básica e Secundária Professor Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, não tinha qualquer expectativa sobre o encontro. Melhor, tinha: “acreditava que seria como o ensino normal, um professor a dar uma aula sobre os direitos humanos”. Só que a expectativa, felizmente para Gemary, não se cumpriu: “Foi uma partilha muito divertida de conhecimento, com jogos, questões de pensamento rápido, de interação, com dinâmicas intuitivas, que permitiram encontrar o equilíbrio perfeito entre o conhecimento científico, que eu tinha, por exemplo, e o mais prático. Foi um encontro cinco estrelas”, explica.

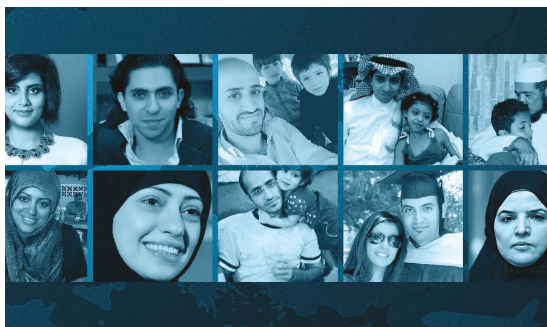
O balanço foi, por isso, “muito positivo”, que permite a Gemary assumir que é “muito importante” a geração de que faz parte colocar os direitos humanos na agenda: “é crucial em todas as gerações, mas a minha é o futuro, é o amanhã, e está perto. É demasiado importante não deixar fugir a oportunidade e, sobretudo, não ter medo de ter opinião. É fundamental falar-se disto, pela dignidade e pelo respeito, porque os direitos humanos são a base da sociedade”.



Aprendi que podemos mudar o mundo com pequenos passos, aprendi o quão importante é respeitar os outros e amar os outros.



Não propriamente o que aprendi, mas o que vivi: a importância do trabalho conjunto, o respeito, o convívio!



ARÁBIA SAUDITA

FIM ÀS PROIBIÇÕES DE VIAJAR IMPOSTAS NA ARÁBIA SAUDITA

Há demasiado tempo que defensores de direitos humanos são arbitrariamente detidos, condenados e sujeitos a proibições de viajar na Arábia Saudita.

Nos últimos três anos, a sociedade saudita iniciou um processo de mudança para melhorar a sua imagem internacional. Mas, por trás dessa transformação, existe uma realidade paralela – uma repressão implacável contra todos os defensores de direitos humanos, jornalistas e qualquer voz dissidente.

As autoridades já detiveram, de forma arbitrária, 35 ativistas pacíficos, que foram condenados a vários anos de prisão e a proibições de viajar. Em alguns casos, estas pessoas foram presas simplesmente por terem partilhado as suas opiniões nas redes sociais e, mesmo depois de terem cumprido as suas penas, ainda não estão livres.

Casos como o de Nassima al-Sada, Raif Badawi, Loujain al-Hathloul, ou outros, ilustram essa realidade. São casos em que a proibição de viajar significa a continuação da separação familiar, do sofrimento e intimidação imposta aos familiares destas pessoas.

Juntos, vamos pressionar o rei Salman a anular estas proibições de viajar!

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/fim-proibicoes-viajar-arabia-saudita



MADAGÁSCAR

JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA O MADAGÁSCAR

O Madagáscar é um dos países mais vulneráveis às alterações climáticas. O sul do país, conhecido como *Le Grand Sud*, atravessa a pior seca de sempre e mais de um milhão de pessoas encontra-se em risco de fome. Além disso, a seca produziu impactos catastróficos adicionais: desnutrição, dificuldades no acesso a água, saneamento e a cuidados de higiene.

A situação no país relembra o enorme sofrimento que as alterações climáticas já causam, com destaque para o rasto de morte que deixam atrás de si. Além disso, ilustram também a existência de injustiças enraizadas e que encontram na atual crise climática global uma forma de se perpetuarem. Os direitos à vida, à saúde, a alimentação, a água e a saneamento de milhões de pessoas encontra-se em risco no Madagáscar.

Com previsões de que a situação irá ainda piorar, as secas no país deverão ocorrer de forma cada vez mais severa e com maior frequência. É urgente que as autoridades do Madagáscar não poupem esforços para garantirem a proteção de todas as pessoas e que a comunidade internacional também cumpra as suas obrigações.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/justica-climatica-madagascar



HONG KONG

É NECESSÁRIO PROTEGER A MEMÓRIA DA REPRESSÃO DE 1989 EM TIANANMEN

No dia 4 de junho de 1989, centenas de manifestantes pacíficos foram mortos pelas forças chinesas na Praça de Tiananmen, na China. Milhares de outras foram presas e, até hoje, na China continental, continua a ser criminalizada qualquer ação que assinala a data.

É por isso que recordar a efeméride, em Hong Kong é tão importante. Ao longo das últimas três décadas a *Hong Kong Alliance* organizou vigílias para relembrar o que aconteceu em Tiananmen. Contudo, também estas ações se encontram agora em risco.

Chow Hang-tung, uma advogada de direitos humanos e vice-presidente da *Hong Kong Alliance*, cumpre uma pena de 22 anos de prisão por “reunião ilegal”, após ter organizado uma ação pacífica para assinalar a data. Além disso, ao abrigo da Lei de Segurança Nacional, aguarda ainda julgamento por “incitar à subversão”, e corre o risco de ser condenada até 10 anos de prisão.

As autoridades chinesas querem que o mundo esqueça o que aconteceu, e é precisamente por isso que é importante assinalar a data. A História não pode ser apagada. Chow Hang-tung, e todas as outras pessoas que estão presas por se manifestarem pacificamente, devem ser libertadas.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/libertem-chow-hang-tung



BIELORRÚSSIA

LIBERDADE PARA MARFA RABKOVA

Marfa Rabkova é uma defensora de direitos humanos bielorrussa e a coordenadora da rede de voluntários Viasna, um grupo de direitos humanos que monitoriza e documenta violações de direitos humanos na Bielorrússia.

Ao longo da sua existência, a Viasna tem sido alvo de interferências por parte das autoridades. Contudo, a pressão aumentou desde os resultados das últimas eleições em agosto de 2020. Desde esse momento, vários membros da Viasna já foram sujeitos a detenções administrativas, detenções arbitrárias e a acusações infundadas devido ao seu trabalho.

Marfa Rabkova foi a primeira. No dia 17 de setembro de 2020, o seu apartamento foi totalmente revistado e os seus bens foram confiscados. Marfa foi arbitrariamente detida e está, desde então, em prisão preventiva, acusada de “incentivar ao ódio” contra agentes da autoridade, quando tudo o que fez foi expor a realidade das detenções arbitrárias e da tortura contra manifestantes pacíficos.

Esta defensora de direitos humanos, detida por acusações sem qualquer fundamento, arrisca-se a uma pena de até 12 anos de prisão. Deve ser imediatamente libertada.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/liberdade-marfa-rabkova



PRÊMIO AMNISTIA INTERNACIONAL

Urban Solutions ou o reconhecer dos “invisíveis”

A curta-metragem Urban Solutions, de Arne Hector, Luciana Mazeto, Minze Tummescheit e Vinícius Lopes, foi a grande vencedora do prêmio Amnistia Internacional da edição de 2022 do IndieLisboa – Festival Internacional de Cinema Independente de Lisboa. A concurso estiveram cinco longas e cinco curtas-metragens, mas o júri composto por Sofia Branco, professora e especialista em direitos humanos, João Vicente, ator, e Maria do Rosário Pires, membro da direção da Amnistia Internacional Portugal, decidiu galardoar a obra brasileira.

“Pela atualidade e pertinência do tema abordado, pelo paralelismo entre passado e presente colonial, pela abordagem de encenação escolhida. Pelo destaque dado às diferenças de classe e aos contrastes entre o privilégio da segurança de uma elite endinheirada e outros direitos humanos de todas as pessoas. Os ricos morrem à fome e de medo sem “os invisíveis”. Mas também pelo poder da força coletiva para fazer a mudança. É possível pular fora da moldura.”, explica, numa declaração conjunta, o júri.

De referir ainda que o prêmio Amnistia Internacional é atribuído desde 2005, com o valor atribuído de 1500 €, sendo patrocinado pela Fundação Serra Henriques, procurando distinguir filmes que contribuam para alargar a compreensão do espetador sobre as várias dimensões da dignidade humana.

AS RELAÇÕES ENTRE CLASSES

Como uma verdadeira equipa, os quatro responsáveis pelo filme vencedor deram em uníssono o seu depoimento à *AGIR*, assumindo que “abordar a temática da desigualdade no Brasil” não foi uma

decisão “difícil”, e muito menos “traçar o caminho até à sua génese no período colonial do país”.

“O sistema de classes, a dinâmica da servidão e da exclusão”, explicam, segue em “execução até aos dias de hoje”. Como tal, faltava encontrar a forma de o fazer: “Para retratar essa realidade terrível, buscamos refúgio no filme-ensaio e na irónica observação das relações entre classes, através de três pontos principais: a semelhança entre o passado e o presente, recriado nos *tableaux vivants* de obras de (Johann Moritz) Rugendas e (Jean-Baptiste) Debret; a narração do artista alemão, carregando sua “imparcial” e terrível visão colonialista; e os depoimentos dos porteiros, aqueles que não têm posses, e guardam as posses dos outros”.

OS INVISÍVEIS E O PRÉMIO

“Os invisíveis” de quem o júri do prêmio fala na sua declaração são abordados pelo quarteto de autores, que de forma assertiva questionam: “a elite, ironicamente, não percebe a sua dependência da classe trabalhadora. Que saída teriam em face de uma revolta, quando mal conseguem

cozinhar?”. A solução, ou parte dela, pode ser lógica, mas inconsequente: “Uma reformulação de paradigmas das classes privilegiadas e um ouvido atento às demandas populares talvez pudesse ser um caminho, mas não parece ser, de forma alguma, uma tendência. A concentração de renda, e a supervalorização da posse diante da constante desvalorização do trabalho, nos colocou aqui: uns observam enquanto outros trabalham”.

Quanto ao prêmio entregue pela Amnistia Internacional, os autores da curta admitem a satisfação e a esperança no futuro: “Receber o reconhecimento da Amnistia Internacional dá-nos a confiança de que fomos capazes de abordar essa situação insustentável com a profundidade necessária, mesmo que através de um olhar irónico, coroado com voos de alguma esperança. Mesmo em momentos tão difíceis, é crucial que essa esperança seja mantida viva.”



**FUNDAÇÃO
SERRA HENRIQUES**

Pela Justiça, proteger a Liberdade

A invasão à Ucrânia, um país soberano, membro de pleno direito das Nações Unidas por outro membro de pleno direito das Nações Unidas trouxe até bem perto de nós o desprezo maior pelos direitos humanos e pelo direito internacional, mesmo no seio de países que se regem comumente pela carta das Nações Unidas que um dia subscreveram e a que aderiram. Esta carta foi uma meta a que a humanidade chegou depois de ter iniciado esse longo caminho que nos retirou da idade das trevas e que estabelece linhas de entendimento nos tratados da paz de Westfália. É aqui que se reconhece a necessidade do primado da Lei entre nações e da não-agressão entre elas, o fim da barbárie a que agora assistimos na Ucrânia.

Em muitas situações de conflito, ele não é bélico, mas mais subtil e tem a forma de roubo aos recursos naturais e de exploração dos povos e a sua condenação perpétua à pobreza. O interesse pelo poder, pelo domínio e controlo do território e dos seus recursos naturais para o lucro e o negócio, coloca tudo o resto em outro plano mais pequeno. Os senhores do mundo atropelam milhares de vidas, sem escrúpulos. São essas novas formas de agressão que abrem lugar à ganância que leva à agressão bélica. E essa não acaba sem domínio e controlo total.

O mal acontece e só tem pernas para continuar se houver impunidade. Temo-la visto e ela tem-se materializado de muitas formas. O saque que líderes de países, eleitos democraticamente ou não, têm feito ao seu povo e aos seus territórios, a exploração do ser humano, como que o pisando para se ter mais, sempre mais; a tortura e o silenciamento das liberdades de opinião, oposição, o estrangulamento



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

“Os senhores do mundo atropelam milhares de vidas, sem escrúpulos. São essas novas formas de agressão que abrem lugar à ganância que leva à agressão bélica. E essa não acaba sem domínio e controlo total.”

da liberdade de imprensa e de expressão. Tudo o que se coloca no caminho desses interesses tem sido atropelado por estes abusos que têm sido contínuos nestes primeiros anos do século XXI.

É por isso urgente retomarmos a certeza de que os direitos humanos não são declarações de intenções, não são valores ocidentais ou de países de primeiro mundo que se querem impor. Não são facultativos.

Os direitos humanos são lei. São universais desde o início, desde a hora em que foram escritos e firmados. A equipa que chegou ao texto final dos

30 artigos da declaração universal dos direitos humanos tinha representantes de todos os continentes do mundo.

Além de universais e transculturais, os direitos humanos são tratados internacionais, são vinculativos.

São para cumprir.

As Nações Unidas por um lado, e a sociedade civil por outro, têm de garantir que eles são efetivamente cumpridos pelos governos, todos, sem exceção. E se não o forem, a impunidade de quem não cumpre não pode continuar a ter pernas para andar. A falta de Justiça, leva a que o mal se perpetue e avance.

Caso a Organização das Nações Unidas não consiga cumprir este que é um dos seus desígnios – e não têm conseguido de facto, ora por problemas de desenho organizacional e poderes de veto, ora por liderança débil – então tem de se reformar e de se tornar adequada ao seu propósito contemporâneo. A sociedade civil tem de reforçar a democracia, a liberdade de expressão. Mas não temos de tolerar que o mal aconteça em nome desta liberdade tão preciosa e que temos de proteger: o ódio, o insulto, a toxicidade e a mentira não têm lugar e não são abrangidas pela liberdade. O “nós contra eles” é guerra de trincheira que demoniza e divide para reinar, é discriminatório a que a voz do outro e a razão por trás da frustração se faça ouvir porque foi sequestrada pelo extremismo.

Saber escutar é o mote deste tempo. É o cimento biológico (de vida) que poderá ajudar a evitar uma guerra maior, é o motor de uma Justiça internacional que seja reparadora e restauradora desse bem comum e maior que todos proclamamos: os direitos humanos.



Ver galeria completa

www.amnistia.pt/outros-olhares-ativismo-pela-paz/

Crédito das fotografias: Amnistia Internacional Portugal

Vigília pela Paz na Ucrânia que teve lugar
no Cais Sodré, no dia 28 de fevereiro.



Desde o início da invasão da Rússia à Ucrânia, há mais de quatro meses, que se têm multiplicado os apelos à paz, as ações de investigação e responsabilização pelos potenciais crimes de guerra cometidos e as manifestações de solidariedade com as vítimas civis que na Ucrânia estão a sofrer. Também se tem pedido solidariedade para as pessoas que, na Rússia, têm sido presas por se manifestarem pela paz e pelo fim do conflito.

Em vigílias, manifestações e ações nas redes sociais, juntámos milhares de pessoas, demonstrando a solidariedade para com todos os que continuam em perigo, para com quem foi obrigado a se despedir de familiares e amigos na fronteira, para com quem, à distância, assiste à invasão militar do seu país e ao total desrespeito pelos direitos humanos. Continuaremos a agir para pressionar as autoridades russas a terminarem de imediato a agressão e a proteger a vidas de todos.

ESTAS SÃO IMAGENS QUE TESTEMUNHAM A MOBILIZAÇÃO DURANTE ESSES PRIMEIROS DIAS DO CONFLITO, QUE LEVARAM À RUA O PROTESTO PACÍFICO DAS PESSOAS COMUNS PELO FIM DA AGRESSÃO E DE APELO À PAZ.

ATIVISMO PELA

PAZ

*Condenando a guerra e pedindo
a responsabilização pelos ataques
indiscriminados sobre alvos civis
na Ucrânia.*





Na sequência dos ataques lançados pelas autoridades russas contra a Ucrânia, a Amnistia Internacional – Portugal organizou uma vigília no Cais Sodré, no 28 de fevereiro. Juntaram-se centenas de pessoas apelando ao respeito das leis internacionais e em solidariedade com as vítimas civis.

Nos dias que se seguiram, realizaram-se mais movimentos de rua, desta vez em frente à embaixada da Federação da Rússia.

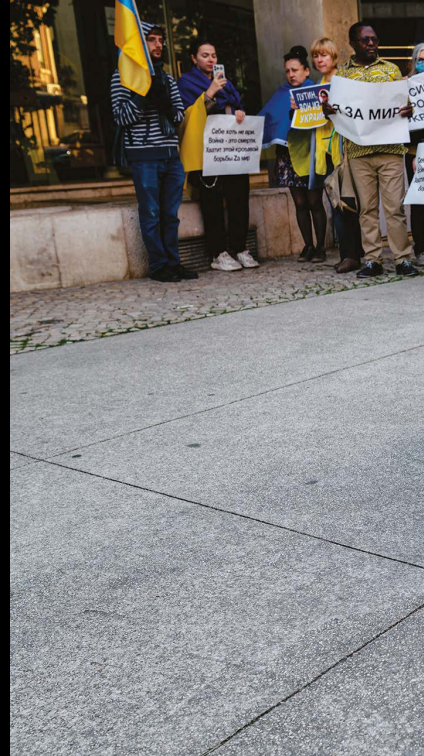




Nestas ações na rua também foi lembrada a situação das pessoas que na Rússia se manifestavam pela paz e contra a guerra.

Divulgando o que estava a acontecer no terreno e, de novo, demonstrando solidariedade com os civis sob ataque na Ucrânia e sempre apelando à paz.





Foi lembrada a performance realizada por um artista anónimo – que se crê ser russo – e publicada nas redes sociais, em condenação da guerra.



Ver galeria completa

www.amnistia.pt/outros-olhares-ativismo-pela-paz/

OUTROS OLHARES

Em solidariedade com as pessoas que na Rússia não se podem manifestar ou que se o fizerem, arriscam a penas pesadas de prisão, foram reproduzidos os cartazes usados nas manifestações e reprimidos pelas autoridades locais. Este é um desses cartazes: “Não à guerra com a Ucrânia”.



GRANDE ENTREVISTA

“LUTAR PELOS DIREITOS DOS MIGRANTES É LUTAR PELOS DIREITOS DE TODOS”

© JRS



André Costa Jorge

Diretor do Serviço Jesuíta ao Refugiado

Diretor do Serviço Jesuíta ao Refugiado (JRS) e coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), foi também ele um migrante. André Costa Jorge gosta de dizer que é filho de pais luso-qualquer coisa. Moçambique, Angola, Brasil e Índia fazem parte da sua história que hoje se mistura com outras tantas latitudes marcadas pelo apoio a quem também deixa tudo para trás e cruza fronteiras à procura de uma vida melhor. Formado em antropologia, fez incursões pelo cinema documental e integrou as equipas do secretariado EntreCulturas e do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante. Sem pudores, nesta entrevista, fala-nos sobre o seu percurso, a forma como Portugal está a acolher migrantes e os impactos destes fluxos migratórios no nosso país.



O que o levou a querer trabalhar com refugiados e populações migrantes?

Eu também fui refugiado, fui uma pessoa estrangeira na minha própria terra. A minha mãe nasceu em Moçambique, filha de pais goeses da Índia. O meu pai nasceu no Brasil e com dez anos veio para Portugal. A minha mãe veio com 15 anos e encontraram-se na faculdade. Casaram-se em Lisboa e fomos para Angola. Durante o período da descolonização e da primeira guerra civil em Angola, fomos para Moçambique e sinto que aquele momento foi muito próximo ao que os refugiados vivem hoje. Depois vim para Portugal como retornado. No fundo, era um deslocado interno. A adaptação para quem vinha de África foi muito difícil. Além dos preconceitos, estávamos a retomar a vida a partir do zero, como vejo com

muitos refugiados que acompanho e com quem me identifico. Essa dimensão de não me sentir exclusivamente de um lugar, mas de vários, fez-me questionar muitas coisas sobre a minha identidade e sobre as identidades fraturadas e parciais que todos temos.

Em Portugal desde 1992, quais os principais serviços que o JRS tem providenciado?

A nossa missão consiste em três verbos: acompanhar, servir e defender. É estar ao lado de migrantes e refugiados e ajudar a encontrar soluções que melhorem as suas condições de vida nos países de acolhimento e de trânsito. É esta dimensão de ser a sua voz e de intervir junto dos decisores políticos. Como o JRS é uma rede internacional, tenho vindo a conhecer a realidade dos

refugiados e dos requerentes de asilo na Europa e pelo mundo fora. Foi a partir destas experiências que criei a ambição de fazermos um trabalho mais além do que apenas um serviço de atendimento a migrantes. Em 2012, lançámos o primeiro projeto de acolhimento com um grupo de refugiados sudaneses. Depois, fomos avançando para outras experiências, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, que permitiu que trabalhássemos no Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados, no Lumiar. Tratamos do acolhimento de emergência e do processo de integração de pessoas, na grande maioria dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mas também migrantes de Leste. Trabalhamos no ensino de português como língua não materna em vários níveis, na articulação com empresas para a empregabilidade e na capacitação para a integração profissional. Entretanto, fizemos um segundo programa de reinstalação com um grupo de refugiados que estava em Marrocos sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), quando no verão de 2015 se deu a chamada crise de refugiados.

O que mudou desde então no trabalho do JRS?

Portugal só acolhia grupos pequenos de 15 pessoas, mas a realidade era esmagadora e esse acolhimento era como uma gota no oceano. Havia pouca consciência cívica sobre a necessidade de acolhimento e éramos um país, do ponto de vista europeu, muito longínquo. Já vinha a alertar sobre a situação da guerra no Iraque e na Síria, e para o efeito nas populações que começavam a procurar zonas seguras no Egito, na Turquia ou no Líbano. As guerras produzem deslocados, é um efeito quase imediato. Foi aí que nasceu a PAR, uma plataforma que rapidamente juntou mais de 300 organizações do país. Dada a distância entre Portugal e a Grécia, a única maneira de não ficar indiferente aos naufrágios, era criar um programa



e dizer ao governo que temos condições de acolhimento e queremos participar. A primeira dimensão que identificámos foi a comunicação, a angariação de fundos e a sensibilização da sociedade civil para a causa dos migrantes. Depois, fizemos o PAR Famílias em que desenhamos um programa de acolhimento familiar de refugiados. De 2015 até 2022, trabalhamos sobretudo com população reinstalada e recolocada, e em 2022, com a guerra no Afeganistão e a tomada de poder pelos talibãs, participámos também no acolhimento de refugiados.

Em 2022, também assistimos ao início da guerra na Ucrânia. Como funciona o vosso modelo de trabalho atualmente?

O JRS tem uma equipa bastante grande com mais de 70 pessoas. Anualmente, recebemos à volta de 4000 pessoas migrantes em mais de 8000 atendimentos. Temos uma equipa no Norte e outra em Lisboa. Desde o início da guerra na Ucrânia, acompanhamos cerca de 1000 pessoas, direta e indiretamente, através de vários serviços. No centro de Gaia, estamos a acompanhar 65 refugiados, sobretudo mulheres e crianças. Temos alguns espaços de acolhimento de emergência em parceria com uma estrutura hoteleira. Fizemos uma alteração ao nosso modelo e passámos

do acolhimento como instituições anfitriãs para a criação de comunidades de hospitalidade. Temos muitas famílias espalhadas pelo país em habitação autónoma, entre as quais 300 pessoas afegãs que estamos a acompanhar e às quais se vão juntar mais 22. Temos seis casas de transição com a Autarquia de Lisboa e, além do Centro Pedro Arrupe, a funcionar desde 2006 no acolhimento para pessoas migrantes em situação vulnerável ou de sem abrigo, temos o Porto Seguro, no Seixal. Trata-se de uma casa com vocação específica para pessoas que vêm dos barcos humanitários, especialmente jovens africanos. Entretanto, também estamos a transformar o antigo Colégio dos Salesianos num centro de acolhimento para 100 pessoas e vamos assumir a gestão de um antigo seminário da ordem dos Redentoristas em Gaia, também com capacidade para 100 pessoas.

Como descreve a atuação dos serviços de acolhimento e integração portugueses?

Os processos de integração dependem de três fatores: a habitação, o emprego e a aprendizagem da língua, sendo que este é um fator importantíssimo para o acesso ao mercado de trabalho. Depois há os fatores de sociabilidade e saúde mental. As pessoas precisam de falar e fazer o

luto dos aspetos dolorosos de todo o itinerário migratório. Se há processos migratórios que correram de uma forma positiva e exemplar, há outros profundamente dolorosos que só depois se tornam visíveis. Há muito a fazer para garantir que os requerentes de asilo espontâneos não fiquem numa situação de desproteção social. É necessário encontrar mecanismos que agilizem os processos e reforcem a capacidade de resposta dos organismos do Estado português e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) deve cumprir os prazos que estão previstos na lei. Por outro lado, creio que a política de Portugal no que respeita a adesão a programas de acolhimento e de reinstalação de refugiados tem sido positiva, mas é preciso mais capacidade para que a disponibilidade manifestada pelo Estado português se concretize. A minha impressão é que há alguma dificuldade dos partidos políticos em afirmarem de forma clara que Portugal tem sido muito beneficiado pelo papel dos migrantes na sociedade portuguesa.

De que maneira considera que Portugal tem sido beneficiado com a presença dos migrantes?

Desde logo, nas contribuições dos migrantes para a segurança social. O Observatório das Migrações aponta



para um *superavit* claríssimo naquilo que são as contribuições dos migrantes para a sustentabilidade social e para a economia nacional. A economia precisa de trabalhadores migrantes e a natalidade também. Estes dois aspetos são vitais e estratégicos para a sobrevivência e Portugal precisa de ser um país não apenas acolhedor, mas também atrativo. Precisamos de encontrar mecanismos para fixar pessoas, mas também para as valorizar. Não pode haver a sensação de que as pessoas migrantes têm mais direitos do que as nacionais. Os políticos têm de



Os processos de integração dependem de três fatores: a habitação, o emprego e a aprendizagem da língua, sendo que este é um fator importantíssimo para o acesso ao mercado de trabalho.

fazer um trabalho inteligente, não só de informação, mas também de proteção e de equilíbrio na sociedade para que a diversidade não seja uma ameaça à identidade, mas antes um motor de transformação positiva.

O que distingue os casos de sucesso de acolhimento e integração do JRS?

Nos dois programas de integração de médicos e de pessoas qualificadas que fizemos, temos inúmeros casos de pessoas que hoje estão a trabalhar no Sistema Nacional de Saúde. Quando chegaram estavam a trabalhar em áreas não qualificadas, na construção civil ou nas limpezas. Graças à iniciativa do JRS, da Fundação Gulbenkian e do Estado português, foi possível que todos beneficiássemos. Ao longo dos anos, centenas de pessoas passaram pelo Centro Pedro Arrupe e, para mim, são verdadeiros casos de sucesso e de resiliência. São homens e mulheres migrantes que superaram inúmeras dificuldades, estavam sozinhos e hoje são autônomos, estão a trabalhar e junto dos seus familiares. Muitas das pessoas afegãs que acolhemos também já estão a trabalhar. Estão numa fase inicial da sua inserção, dominam de forma muito limitada o português, mas são um exemplo de coragem. Muitos têm

familiares ainda no Afeganistão e estão altamente preocupados com o seu destino.

O Pacto para as Migrações da União Europeia foi adotado em 2020. Como avalia o trabalho que tem vindo a ser feito desde então?

Acho que deve ser francamente melhorado porque não protege as pessoas no processo migratório. Neste momento, no caso português, é virtualmente impossível as pessoas migrarem de forma legal. Tirando os vistos Gold, quem é que pode migrar para a Europa de forma legal e segura? O episódio que vimos de Igor Homeniuk é um exemplo de como o processo migratório dos chamados migrantes económicos pode ser violento. Precisamos de olhar para o direito a não migrar para ter uma vida digna. Não são os traficantes que fazem as migrações. São as condições dos países onde há escassez, precariedade, injustiça, guerras e conflitos. E há uma visão demasiado securitária, focada na criação de muros e na militarização das fronteiras que não detém as migrações. Os decisores políticos têm de encontrar caminhos que promovam a dignificação e a proteção dos migrantes porque as pessoas são mais importantes do que as fronteiras.



À LUPA

Veto nas Nações Unidas vai ser responsabilizado

O veto da Rússia à resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que condenava a ofensiva à Ucrânia foi a face visível da dificuldade da instituição em assegurar o cumprimento da sua Carta, designadamente o artigo 2.º, onde se refere que os seus membros “deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas”.

© Evan Schneider

A resposta possível às críticas generalizadas sobre a inação do Conselho de Segurança no que diz respeito à guerra na Ucrânia espoletou a apresentação e aprovação da resolução intitulada “Mandato permanente para um debate na Assembleia Geral quando um veto for lançado no Conselho de Segurança”, proposta pelo Liechtenstein e copatrocinada por 83 Estados-membros. A decisão, considerada histórica pela Amnistia Internacional, responsabiliza os cinco membros permanentes do Conselho – Estados Unidos da América, Federação Russa, França, Reino Unido e República Popular da China – pelo

uso do veto. De acordo com o texto aprovado, a Assembleia das Nações Unidas decidiu que, quando se verificar um ou mais vetos, o seu presidente deverá convocar, no prazo de 10 dias, uma reunião formal do órgão (composto por 193 membros). A única exceção à convocatória é se, entretanto, já estiver designada uma sessão extraordinária de emergência da Assembleia sobre o assunto que originou o veto.

Nos últimos cinco anos, o veto bloqueou a ação do Conselho de Segurança mais de uma dezena de vezes. Entre outros, a Rússia e a China utilizaram esse instrumento em 2017



para impedir o projeto de resolução que responsabilizava todas as partes do conflito na Síria pelo uso e produção de armas químicas. Na altura, Sherine Tadros, responsável pela representação da AI na ONU em Nova Iorque, destacou o total desrespeito pelas vidas de milhões de sírios por parte dos dois Estados, ambos signatários da Convenção sobre Armas Químicas. Sherine acusou ainda a Rússia, apoiada pela China, de bloquear as decisões do Conselho de Segurança durante seis anos, impedindo que o governo sírio, seu aliado, sofra as consequências dos crimes de guerra e contra a humanidade. A Rússia e a China voltaram a impedir a ajuda humanitária depois da ONU ter registado o deslocamento de, pelo menos, 630 mil pessoas. A Amnistia Internacional documentou ataques indiscriminados e diretos a casas de civis, escolas, operações de resgate, hospitais e instalações médicas, matando e ferindo centenas de civis, incluindo equipes de resgate e médicos.

A aprovação da resolução da Assembleia Geral da ONU que responsabiliza os cinco países do Conselho Permanente de Segurança,

os únicos com direito a vetar, não agradou a países como a Rússia que se limitou, durante a sessão, a afirmar que o problema é a relutância dos outros países para ouvir e chegar a um acordo que evitaria o veto. Por seu lado, os Estados Unidos reafirmaram que cada membro deve estar preparado para explicar as posições de recusa e acusou Moscovo de ter violado a Carta da ONU e, depois, de ter bloqueado o esforço do Conselho para resolver a situação.

Paralelamente à aprovação da resolução, a França e o México apresentaram uma proposta para suspender voluntária e coletivamente o uso do veto em caso de crimes e atrocidades em massa. Entre os apoiantes da resolução ou copatrocinadores há países como a Argentina e o México, ambos membros fundadores das Nações Unidas desde o seu início, que se opuseram firmemente ao veto. Também a Colômbia defendeu a sua eliminação e a Costa Rica considerou-o um privilégio poderoso demais para existir. O Canadá e a Nova Zelândia afirmaram que o poder de veto dos cinco membros permanentes é tão anacrónico quanto antidemocrático e a Austrália recordou que liderou a oposição ao veto na Conferência de São Francisco de 1945 onde foi aprovada a

Carta das Nações Unidas. Nesta reunião onde se aprovou a responsabilização dos países que exerçam o veto, também a Irlanda e a Áustria o destacaram como um mecanismo ultrapassado para uma visão desatualizada do mundo.

Na Assembleia Geral a diplomata da Suécia que representava também a Dinamarca, Finlândia, Islândia e Noruega, garantiu que nos últimos cinco anos o veto bloqueou a ação do Conselho 17 vezes. À semelhança doutras intervenções, a responsável reafirmou a necessidade urgente de contenção e de mais transparência e responsabilidade quando esse poder for usado. Tal como está previsto no documento, a delegada nórdica explicou que é natural que, quando os membros usam o veto para bloquear a ação das Nações Unidas, sejam convidados pela Assembleia Geral para explicar suas posições.

O representante da Albânia foi mais longe e garantiu que o veto da Rússia na questão da Ucrânia transformou o Conselho de Segurança num reduto ao serviço das mentiras e manipulações daquele país. Concluiu que o abuso do veto mina a legitimidade, não apenas do Conselho, mas de toda a ONU.



BOAS NOTÍCIAS



Bernardo Caal Xol foi libertado!

Bernardo Caal Xol, defensor de direitos humanos e do meio ambiente, e um dos casos da Maratona de Cartas de 2021/22, está finalmente em liberdade! As boas notícias chegaram na sequência da decisão de um juiz que o libertou por bom comportamento.

Bernardo não deveria ter passado um único dia atrás das grades. Mas, felizmente, já se encontra junto das suas filhas e companheira, e partilhou o seu agradecimento para com todas as pessoas que atuaram em sua defesa.

© Anny Matzir

© Amnesty International



Reforma no Código Penal belga é uma vitória para todas as vítimas de violência sexual

Em março foi aprovada uma reforma ao Código Penal belga, que após anos de negociações, consultas e um longo trabalho de pressão por parte de ativistas e organizações da sociedade civil, prevê uma definição rigorosa de “consentimento”. Por exemplo, a lei indica agora que o consentimento “não pode ser deduzido da mera falta de resistência da vítima” e que “pode ser retirado a qualquer momento”.

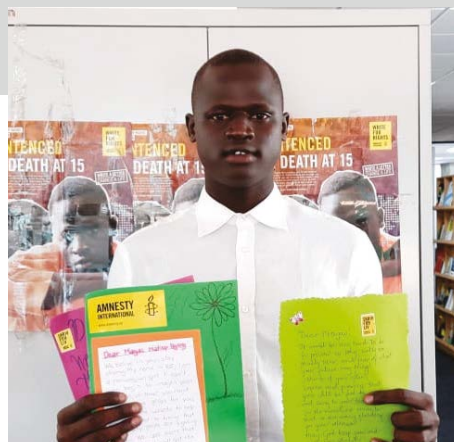
A definição de violação foi alargada, assim como, aumentaram as punições por este crime e, também, foi descriminalizado o trabalho sexual. Uma vitória importante para todas as pessoas trabalhadoras do sexo, que com esta alteração passam a ter acesso a cuidados médicos, educação, opções de empregabilidade e melhores proteções contra exploração, violência e coerção.

© Amnesty International

Magai Matiop Ngong, finalmente em liberdade!

Magai, um dos casos da Maratona de Cartas de 2019/20, tinha apenas 15 anos quando foi condenado à pena de morte no Sudão do Sul, na sequência de um trágico acidente que vitimizou o seu primo. Contudo, o ativismo e a pressão feita por milhares de pessoas contribuíram para que fosse

feita justiça: o jovem foi retirado do corredor da morte em julho de 2020 e, em março de 2022, foi libertado! Nos seus primeiros momentos em liberdade, Magai fez questão de agradecer a todas as pessoas que, com a Amnistia Internacional, atuaram em sua defesa.



Mais uma vitória para os direitos LGBTI+ na Coreia do Sul

O Supremo Tribunal da Coreia do Sul reverteu uma decisão de um tribunal de menor instância, que condenava dois soldados por “atos indecentes”. Em causa estava a relação sexual consentida entre dois homens, no momento em que se encontravam fora de serviço. Ambos tinham sido condenados a três e quatro meses de prisão, respetivamente.

A criminalização de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas forças armadas da Coreia do Sul é uma grave violação de direitos humanos, por isso, esta é uma decisão histórica e uma importante vitória contra a discriminação que muitas pessoas LGBTI+ enfrentam no país. É mais um passo dado para que todas as pessoas possam viver as suas vidas de forma livre e sem a ameaça de acusações.

© Max Böhme on Unsplash



© DR

10 anos depois, Raif Badawi está fora da prisão!

Depois de dez anos atrás das grades e de 50 chicotadas, Raif Badawi, um conhecido defensor de direitos humanos na Arábia Saudita, detido apenas por expressar pacificamente as suas opiniões, foi libertado (após ter cumprido a totalidade da sua pena de prisão e mais 11 dias). Apesar

de celebrarmos a sua libertação, há ainda caminho a percorrer: Raif nunca deveria ter sido preso e, apesar de ter cumprido a pena de prisão, está impedido de sair do país. Continuaremos a atuar em seu apoio, trabalhando para que essa proibição de viajar seja anulada.

Ibrahim Ezz el-Din foi libertado!

O defensor de direitos humanos egípcio, Ibrahim Ezz el-Din, já está em liberdade! Detido de forma arbitrária durante 34 meses, apenas pelo seu trabalho pacífico em direitos humanos, Ibrahim não poupou nos agradecimentos: “A única coisa que iluminava os meus dias e me dava esperança eram as notícias de pessoas que ainda se lembravam de mim e

exigiam a minha libertação. (...) as notícias das campanhas pela minha libertação eram a única motivação para continuar e para ter esperança. Agradeço a todos os que atuaram e me defenderam, dentro e fora do Egito. Agradeço especialmente à Amnistia Internacional, aos seus trabalhadores e a todos os ativistas: vocês são os raios de sol que passam pela escuridão total.”



© DR



GPS

Relatório anual sobre o estado dos Direitos Humanos no Mundo

Foram divulgados os dados do relatório anual da Amnistia Internacional “Os Direitos Humanos no Mundo 2021/22”. O seu lançamento ocorreu na África do Sul, um local simbólico, já que o impacto da falta de cooperação que permitiria uma recuperação justa da pandemia da COVID-19, se sentiu particularmente nas comunidades mais marginalizadas do mundo, tendo afetado África como nenhum outro continente.

© Taylor Brandon on Unsplash

A principal conclusão do relatório é a de que a pandemia acentuou as desigualdades já existentes, prejudicando as populações mais desfavorecidas e fazendo crescer o fosso entre países ricos e países pobres. Enquanto os mais ricos puderam vacinar grande parte da sua população, e muitos acumularam mais doses da vacina do que as que necessitavam, os mais pobres tiveram taxas de vacinação muito baixas. Os governos dos países mais ricos, no seu conluio com as grandes farmacêuticas, falharam para com os Estados mais pobres, que não obtiveram números significativos de vacinas que lhes permitisse vacinar a sua população. Por esta razão, apesar da produção de vacinas em 2021 ter sido suficiente

para vacinar toda a população mundial, a priorização dos lucros fez com que surgissem mais variantes do vírus, especialmente no continente africano, colocando a vida de milhares em risco.

A pandemia também colocou a nu as fragilidades e a incapacidade de alguns governos de dar conta de um crescente aumento da pobreza e desigualdade.

Durante a pandemia, novos conflitos apareceram e outros intensificaram-se, como é o caso do Afeganistão, Burkina Faso, Etiópia, Israel/Territórios Palestinos Ocupados, Líbia, Myanmar e Iémen, todos eles palcos de violações de direitos humanos. Com novos cenários de guerra, novas armas



testadas e números impressionantes de mortos e feridos como consequência, o valor da vida tornou-se, muitas vezes, algo irrelevante e abaratado.

No Afeganistão, a tomada de poder dos Talibãs fez retroceder as conquistas das mulheres e raparigas, assim como os valores democráticos.

No ano 2021 assistiu-se igualmente ao reforço de políticas e ideologias nacionalistas e racistas, visíveis na ineficiente distribuição de vacinas, e também nas políticas de migração, tratamento de pedidos de asilo e até criminalização da ajuda humanitária.

Em 2021 foi frequente o rebelar das populações contra os governos, que utilizaram a pandemia como desculpa para prevenir manifestações pelos direitos essenciais dos cidadãos.

QUAL FOI A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL NESTE PERÍODO?

Em Portugal, observaram-se várias questões preocupantes do ponto

de vista dos direitos humanos. Em junho, a autarquia de Lisboa divulgou dados pessoais de manifestantes que integraram protestos pacíficos, às embaixadas à frente das quais estes se manifestavam. No entanto, “as autoridades concordaram em realizar avaliações de risco para garantir os direitos à privacidade e liberdade de reunião”.

Quanto aos migrantes, houve um caso que veio a público de vários trabalhadores do setor agrícola, que devido às condições de alojamento inadequado que apresentavam, em pleno período pandémico, tiveram que ser realojados, pelo estado português, para prevenir o contágio da COVID-19.

Outra das preocupações foi o racismo que subsiste nas forças policiais. A Comissária para os Direitos Humanos do Conselho da Europa deu conta de um agravar de queixas contra o racismo policial, em especial contra membros das etnias cigana e afrodescendentes. No entanto, o Ministério da Administração Interna criou um plano

para a prevenção da manifestação de discriminação por parte das forças policiais.

O elevado nível de violência contra as mulheres e meninas foi também destacado no relatório, e a Comissária para os Direitos Humanos solicitou que fosse alterada a definição de violação no código penal, que deve passar a ser considerada sempre que se verifique ausência de consentimento livre da vítima e que as relações sexuais dependam do consentimento expreso. A violência doméstica deverá ser levada aos tribunais e devidamente punida, tendo entrado recentemente em vigor uma lei que protege as crianças que assistiram ou foram expostas a violência doméstica.

A Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância revela, no entanto, que não recebeu os dados necessários para averiguar se a lei sobre o Direito à Habitação que criou em 2019, estaria a ser devidamente implementada.

Nas prisões, as condições dos reclusos continuaram a levantar preocupações, e a libertação de presos durante a pandemia para evitar contágios foi severamente criticada, por não ter em conta que muitos deles poderiam vir a enfrentar situações de sem-abrigo, especialmente os que não têm família ou rede de suporte.

Relativamente à COVID-19, o relatório indica que o governo português se destacou de forma positiva, pela decisão de vacinar as pessoas que se encontravam no país irregularmente. Também deu asilo político a 764 afegãos que fugiram após a tomada de poder pelos Talibãs. O caso de Ihor Homenyuk, ucraniano espancado no aeroporto de Lisboa, viu os agentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras serem punidos com nove anos de pena efetiva pela sua morte, num caso que chocou o país.



© Mike Labrum on Unsplash

Quando ainda nos focávamos na recuperação, por todo o globo, da pandemia que nos tinha vindo a mudar a vida durante os últimos dois anos, chega a notícia de uma nova emergência – uma guerra que tem pairado no silêncio durante anos, e que, agora, nos entrou pela casa adentro.

Mais uma vez, as circunstâncias provam que o nosso trabalho continua a ser preciso; que o trabalho com direitos humanos não para; que precisamos de todos e todas, numa só voz, para continuar a exigir a paz, continuar a exigir o respeito pelos direitos humanos e, em tempo de guerra, o respeito pelo Direito Internacional Humanitário.

No final de março, já com a nuvem da guerra da Ucrânia a pairar sobre nós, na Assembleia Geral realizada em Viseu, elegemos dois novos membros para Direção da Amnistia Internacional – Portugal. O Paulo Mendes e a Ianira Vieira assumem este papel em tempos desafiantes, mas a sua vontade e o seu empenho vêm contribuir para que, em conjunto, continuemos a erguer as nossas vozes pelos direitos humanos. Assim, a nova Direção da AI-PT ficou com a seguinte composição: Patrícia Filipe (Presidente), Sofia Caseiro (Vice-Presidente), Clara Duarte (Tesoureira), Ianira Vieira (Secretária), Rosário Vieitas (Vogal), Paulo Mendes (Vogal) e Miguel Ferreira (Vogal). Agradecemos aos membros de Direção cessantes – Cláudia Ferreira e Sandra Pereira – todos os contributos que deram ao longo dos seus mandatos para o crescimento da AI-PT e para a continuação do nosso trabalho enquanto defensores de direitos humanos!

Em abril, a delegação da AI-PT composta pela Patrícia Filipe, Sofia Caseiro e pela Ianira Vieira enquanto Delegada Jovem, participou no Fórum Regional da Europa e Ásia Central. Foi um momento de partilha entre as secções da nossa região com olhos postos no futuro – na próxima Global Assembly, que se realizará em julho deste ano; e no futuro da Amnistia Internacional como organização de defesa dos direitos humanos portadora de uma mensagem de esperança. Esperança de que o nosso trabalho continue a dar frutos, esperança para um futuro de paz e direitos humanos para todas as pessoas.

Desta vez, a guerra chegou às portas da Europa, mas, por todo o globo, a nossa voz precisa de ser ouvida!

Na Rússia os manifestantes estão a ser impedidos de sair à rua a favor da paz – pessoas que exibem cartazes em branco são detidas sem qualquer fundamento. Em Cabinda, Angola, organizações da sociedade civil foram impedidas pelas autoridades angolanas de realizar uma conferência sobre a construção da paz. O Relatório Anual da Amnistia Internacional sobre a Pena de Morte revelou que, em 2021, o número de execuções e condenações a pena de morte aumentaram.

Em momentos como estes precisamos de nos relembrar incessantemente que há luz, que a luz da esperança não se apaga. Como a poeta Amanda Gorman nos relembra “Porque há sempre luz se formos suficientemente bravos para a ver, se formos suficientemente bravos para o ser.”¹

1 - tradução por Agostinho Pereira de Miranda do poema de Amanda Gorman “The Hill We Climb”.



© Amnistia Internacional Portugal

EMERGÊNCIA NA UCRÂNIA: MOBILIZAR PARA A PAZ E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Oksana Pokalchuk, diretora da Amnistia Internacional Ucrânia, veio a Portugal agradecer todo o nosso apoio e contribuir para o esclarecimento da opinião pública sobre o conflito Rússia-Ucrânia. Oksana pediu para não nos esquecermos da população ucraniana, para continuarmos a apoiar a sociedade civil, mobilizar para o entendimento do conflito para a questão dos direitos humanos e a exercer pressão sobre o governo russo e a comunidade internacional para a paz.

Desde o primeiro dia da invasão, que Oksana e as equipas de investigação da Amnistia Internacional estão no terreno a investigar as violações de direitos humanos e a garantir o apoio direto, às organizações da sociedade civil que prestam apoio na linha da frente. Ativistas e organizações criaram abrigos, pequenas equipas de resgate para pessoas com mobilidade reduzida e civis que se encontram em zonas de combate e tentam garantir a entrega de bens essenciais como água e alimentos.

As equipas de investigação e o Laboratório de Provas de Crise da Amnistia Internacional conseguiram documentar ataques com munições de fragmentação, recolheram testemunhos de sobreviventes e familiares dos ataques indiferenciados a zonas residenciais e documentaram outras violações de direitos humanos nas cidades de Mariupol, Borodyanka,

Bucha, Andriivka, Zdvizhivka e Vorzel, Kharkiv e Chernihiv.

A situação mudou, após 3 meses de conflito. A maioria das violações de direitos humanos estão a ser perpetradas em territórios ocupados pela Federação Russa, onde nenhuma equipa consegue ter acesso ao que se está a passar. O que aumenta a possibilidade de acontecerem violações de direitos humanos, como violência sexual, tortura, desaparecimento forçado e execuções.

Também está a originar a maior crise de refugiados e deslocados desde a Segunda Guerra Mundial, na Europa, segundo as Nações Unidas. Enquanto a opinião pública tiver os olhos voltados apenas para o fogo cruzado não vai conseguir proteger mais de 15 milhões de deslocados internos e refugiados, que procuram abrigo.



© Amnesty Germany / Clara Solich

O conflito Rússia-Ucrânia impacta diretamente os direitos humanos das pessoas que estão na Ucrânia, contudo, está a ter impacto em todo o mundo. As cadeias de abastecimento alimentar estão afetadas e a crise comercial está a gerar um aumento generalizado dos preços, concretamente da energia e dos combustíveis.

É preciso mobilizar a opinião pública para a paz e proteção das pessoas, seja na Ucrânia, nos países vizinhos ou nos países de acolhimento. Trabalho que temos vindo a desenvolver, desde 2014, e que culminou este ano com a vitória de um Leão de Ouro, com a campanha "Aqui a rotina continua e na Ucrânia não", conceito criativo da agência BAR Ogilvy, na categoria de *Média* no *Cannes Lions International Festival of Creativity*, o maior festival de criatividade publicitária a nível global.

**“Pessoas foram mortas nas suas casas e nas ruas,
em recreios e cemitérios, enquanto faziam fila para
receber ajuda humanitária ou compravam comida e medicamentos”**

Donatella Rovera

Perita de Resposta a Crises da Amnistia Internacional

EMERGÊNCIA UCRÂNIA

**15 MILHÕES DE DESLOCADOS E REFUGIADOS
A MAIOR CRISE, DESDE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

A invasão da Ucrânia, causou já a morte de milhares de civis e colocou em fuga mais de 15 milhões de deslocados internos e refugiados, que procuram proteção e abrigo, segundo as Nações Unidas.

Mulheres e crianças, que se transformam em alvos humanos, com o conflito a escalar, aumenta o perigo e as violações de direitos humanos: tortura, violência sexual, tráfico e mortes.

**Não podemos abandonar estas pessoas
e para isso precisamos de si!**

O SEU DONATIVO FAZ A DIFERENÇA

Com o seu donativo conseguimos garantir assistência, investigação, pressão política, mobilização e educação na Ucrânia e no mundo.

Entidade: **21721**

Referência Multibanco:

Montante: **o que puder**



WAY

939 076 340

IBAN: **PT50 0036 0103 99100000985 88**

Envie, por favor, a indicação do seu donativo com o nome “Emergência Ucrânia” para o e-mail info@amnistia.pt ou para Rua dos Remolares, 7, 2º, 1200-370 Lisboa para lhe podermos enviar mais informação sobre este conflito.

Saiba mais em:

www.amnistia.pt/emergencia-ucrania

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**

